



**DANIEL DA SILVA
YAGUAS**

**COMO É QUE A SOCIEDADE CIVIL PARTICIPA NA
DISCUSSÃO DA VIDA COLECTIVA À ESCALA
LOCAL?**



Universidade de Aveiro
2016

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

**DANIEL DA SILVA
YAGUAS**

**COMO É QUE A SOCIEDADE CIVIL PARTICIPA NA
DISCUSSÃO DA VIDA COLECTIVA À ESCALA
LOCAL?**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor José Carlos Baptista da Mota, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho ao meu Pai e à minha Mãe.

o júri

presidente

Prof. Doutor Varqa Carlos Jalali
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

vogal – arguente principal

Prof. Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

vogal – orientador

Prof. Doutor José Carlos Baptista da Mota
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Ao Professor José Carlos Mota, meu orientador e amigo, por ser uma inspiração e um exemplo a seguir. Mas acima de tudo pelo apoio que me mostrou nestes últimos anos.

A todos os entrevistados que, com o seu testemunho, me ajudaram.

À Sara Torres e ao João Temporão por me ajudarem a realizar o *Focus Group*.

À Daniela Afonso por me ter disponibilizado o material de gravação necessário.

Aos meus amigos mais próximos, Ricardo Bernardo e Rita Lima, que sempre tiveram a palavra certa.

Ao João Valente, o meu primo, com quem partilho os grandes momentos da minha vida e que sempre me apoiou.

Ao Márinho Fernandes, meu grande amigo, pela paciência demonstrada e acima de tudo pela sua ajuda imprescindível.

À Pessoa que nos últimos anos me deu força para lutar por tudo.

À minha Mãe, uma mulher incomparável, que esteve sempre ao meu lado. Foi e é um significado de Garra, Trabalho e Dedicação.

Aos meus irmãos por me fazerem melhor do que sou.

Ao meu Pai, o meu Herói, porque, sem ele, nada disto era possível.

palavras-chave

Participação, Participação Pública, Participação Política, Planeamento, Sociedade Civil, Estado, Cidadãos, Aveiro

resumo

A Sociedade Civil surge para responder a certos dilemas sociais, económicos e políticos. A sociedade civil está relacionada com uma variedade de resultados positivos, incluindo a transição e consolidação democrática; a melhoria da qualidade da democracia; a produção e provisão de políticas públicas; uma maior participação política e envolvimento cívico. Entre a Sociedade Civil, encontram-se os Cidadãos e o Estado, sendo que as organizações da Sociedade Civil são obrigadas a lidar com ambos os lados. Esta investigação analisa o papel intermediário da Sociedade Civil entre o Governo e os cidadãos em Aveiro. Especificamente, este trabalho visa analisar o papel da Sociedade Civil na discussão da vida coletiva à escala local, atravessando três pontos de análise: perceber, em primeiro lugar, como é que a sociedade e os seus cidadãos participam na tomada das decisões públicas à escala local; em segundo lugar, esmiuçar até que ponto as entidades competentes criam condições para a participação; e, por último, analisar o papel da Sociedade Civil na promoção da participação, criando ainda uma perspetiva em relação ao futuro da mesma.

keywords

Participation, Public Participation, Participation Policy, Planning, Civil Society, State, Citizens, Aveiro

abstract

Civil society has been emerging to respond to certain social, economic and political dilemmas. It is related to a variety of positive outcomes, including: deepening democratic transition and consolidation; improving the quality of democracy; producing and provisioning of public policies; promoting greater political participation and civic engagement. Civil Society has been organized between Citizens and the Public State, and their organizations are forced to deal with both sides. This research analyzes the intermediary role of Civil Society between the Government and the citizens in Aveiro. Specifically, this thesis aims to analyze the role of Civil Society in promoting the discussion about common issues at the local level. Firstly, tries to understand how society and its citizens participate in public decision-making at the local level. Second, analyzes to what extent local public authorities create the conditions for participation. And, finally, evaluates the role of Civil Society in the promotion of participation and discusses future developments.

Índice

Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. Tema e a sua relevância.....	1
1.2. Objetivos.....	2
1.3. Metodologia.....	4
1.4. Estrutura da dissertação	4
Capítulo 2 – Revisão da Literatura.....	7
2.1. Introdução	7
2.2. Participação: Conceitos e Características	7
2.3. Tipos de Participação.....	10
2.3.1. Participação não Convencional	10
2.3.2. Participação Convencional	10
2.4. Processo do planeamento participativo	11
2.5. Participação e a Sociedade Civil	13
2.5.1. Sociedade Civil: as motivações	17
2.5.2. Sociedade Civil: Os Palcos e os Instrumentos.....	17
2.6. Conclusão da revisão da literatura.....	19
Capítulo 3 – Metodologia.....	21
3.1. Introdução	21
3.2. Métodos em ciências sociais – quantitativo	21
3.3. Processo de investigação	23

3.3.1. Definição do problema e dos objetivos do estudo	23
1.3.2. Hipóteses de investigação.....	24
1.4. Entrevistas Semi-Estruturadas	25
3.5. A Técnica de <i>Focus Group</i>	26
3.5.1. Enquadramento e Caraterização	26
3.5.2. Os Participantes	31
3.5.3. As Entrevistas	32
3.5.4. Tipo de moderação e nível de estruturação das entrevistas.....	33
3.5.5. O tratamento de dados	33
Capítulo 4 – Análise e discussão dos dados	37
4.1. Introdução	37
4.2. Análise das Entrevistas	38
4.3. Análise do <i>Focus Group</i>	42
4.3.1. O que é Participação (?).....	42
4.4. As entidades políticas criam condições para a participação (?)	44
4.5. A Sociedade Civil participa na discussão da vida coletiva a nível local (?)	48
4.6. Qual devia ser o papel da Sociedade Civil no desenvolvimento/promoção da discussão de políticas e formação de opinião pública a nível local (?)	53
Capítulo 5 – Conclusões	61
5.1. Síntese.....	61
5.2. Conclusões principais	61

5.2.1. As autarquias e os governos locais promovem a participação na discussão da vida coletiva à escala local.	62
5.2.2. Em cenários de ausência de promoção de participação os cidadãos mobilizam-se	63
5.2.3. Quando os poderes locais e os cidadãos não estão em consenso, surgem organizações que procuram promover formas de participação mais organizadas.....	65
5.3. Considerações Finais	66
5.4. Limitações e sugestões para futuras pesquisas	67
5.5. Recomendações	68
Bibliografia	71
ANEXOS	81

Lista de Figuras

Figura 1 – Escada da participação do cidadão	11
--	----

Lista de quadros

Quadro 1 – Análise das entrevistas	38
Quadro 2 – Análise das entrevistas (Continuação)	39
Quadro 3 – Análise das entrevistas (Continuação)	40
Quadro 4 – Análise das entrevistas (Continuação)	41
Quadro 5 – Análise do <i>Focus Group</i>	42
Quadro 6 – Análise do <i>Focus Group</i> (Continuação).....	46
Quadro 7 – Análise do <i>Focus Group</i> (Continuação).....	50
Quadro 8 – Análise do <i>Focus Group</i> (Continuação).....	56

Capítulo 1 – Introdução

1.1. Tema e a sua relevância

A democracia seduziu a maioria das sociedades contemporâneas, apresentando-se ora como o poder de todos, ora como o “poder do povo, para o povo e pelo povo” (Aristóteles, 1998). Quando pensamos em democracia, podemos sentir tentados a apontar como característica fundamental a escolha, porém, num espaço genuinamente democrático, precede à escolha a criação de um espaço de debate. Pretendo com este argumento pôr em evidência, que a escolha é tão elementar em democracia como o debate que a antecede, pelo que, como já podemos perceber, a democracia não se esgota a uma característica fundamental (Hague et al., 1993; Touraine, 1996:24).

A democracia é, com efeito, ‘o governo do povo, para o povo e pelo povo’, todavia, não se esgota neste postulado. Em democracia coexistem, numa relação simbiótica, três fundamentos: (1) o debate, que consequentemente leva a uma escolha; (2) a proteção de direitos, liberdades e garantias, de modo a que a democracia não se converta na ditadura da maioria (Touraine, 1996:24); (3) a segurança, para que os cidadãos possam atingir a vida boa (Nussbaum, 1990) e para que não vivam com medo (Hobbes, 1998). Em suma, podemos defini-la como *accountability*, este é um termo anglo-saxónico que presa pela responsividade e prestação de contas.

Teixeira Fernandes afirma que um regime político é tanto mais democrático quanto mais o poder se encontre distribuído ou difundido na sociedade: “a democracia é o poder do povo partilhado entre o povo” (2004: 35), ou seja: não é possível existir democracia sem a participação direta do povo.

A representação dos cidadãos na gestão dos assuntos governamentais deve ser reforçada pela participação pública em todas as fases do processo político, sempre que tal for possível. A participação através da inclusão e capacitação dos cidadãos deve ser uma prioridade na tomada da decisão, implementação e acompanhamento. A noção de participação está intimamente ligada à noção de cidadania, isto é, a cidadania é entendida como a “participação dum indivíduo numa comunidade, à qualidade de ser membro dela” (Barbalet, 1989) ou o que Arendt (1973) designa por “ter direito a ter direitos”, isto é, o direito de cada cidadão de “fazer parte da humanidade”. Segundo Mota (2013), a cidadania “implica que existam direitos de cidadania, ou seja, que

existam condições legais e institucionais que assegurem que um indivíduo possa participar activamente, votar e expressar livremente a sua opinião, mas também deveres de cidadania, que obrigam o cidadão a participar activamente e a intervir.”.

Pretendo investigar e perceber como é que a sociedade participa na tomada de decisões públicas à escala local. Se por um lado existem condições para que realmente se possa participar ativamente na discussão da vida colectiva ou, por outro lado, se a população (organizada e não organizada) demonstra interesse em participar. Também é necessário e bastante importante procurar saber como é que a participação pode ser promovida e estimulada e quais os requisitos e métodos necessários. Analisando assim a situação atual com uma prespetiva em relação ao futuro. O país precisa de um bom estudo nessa área, porque são necessárias novas soluções ou novas abordagens à participação, não só por uma razão de maior transparência, mas também como forma de capacitar o cidadão individual e coletivamente organizado, para participar na discussão das decisões políticas locais.

É bastante importante contar com a participação da sociedade na condução, definição, validação, mobilização e alinhamento em torno das opções das políticas de governação. A participação é, afinal, “o envolvimento, a informação e a consulta do cidadão em actividades de um processo de tomada de decisão” (Clark, 2003).

A participação pública é necessária, tendo como objetivo reunir dados, discutir melhorias e informar as pessoas ou grupos envolvidos para que juntos possam decidir o que fazer, de modo a que todos possam ser beneficiados.

1.2. Objetivos

A participação pode ser vista como uma forma de melhoria no processo de decisão, como um meio de aumentar a satisfação dos cidadãos e também como uma ferramenta para construir a visão coletiva das decisões.

Por exemplo, a nível local, numa cidade como Aveiro, como é que sabemos se as necessidades estão de acordo com a perspetiva de todos os cidadãos? São eles que vivem na cidade e são eles quem melhor conhece as suas necessidades e o que deve ser feito. No entanto, a nível da participação e de intervenção, serão os seus poderes

limitados? Serão os técnicos, as entidades competentes ou as câmaras quem planeia e analisa o que deve ser feito? E serão os políticos quem decide as políticas e quem toma as decisões? Não será melhor uma cidade que é pensada a partir das perspetivas de todos e todas em detrimento de uma baseada em decisões sem consenso ou bases democráticas?

O facto de seleccionar Aveiro e os seus cidadãos como objeto de estudo deve-se à existência de diversas iniciativas relacionadas com a participação, como projetos de participação dos cidadãos, associações e organizações (VIVACIDADE, Vivó Bairro, Participação das Comunidades no Planeamento da Cidade de Aveiro, CORDA, Ciclaveiro, Aveiro em Transição, etc...) umas diferentes das outras, mas com a linha de interesse. Aveiro, enquanto cidade universitária e graças ao seu extenso corpo de estudantes, professores, docentes e não docentes e restante comunidade académica, assume-se como uma cidade plena de conhecimento, rica em experiências distintas na área da participação e com forte potencial na promoção e sensibilização desta. É, portanto, com base nesse potencial que pretendo perceber como se participa em Aveiro e como se deveria participar.

Com base no exposto, foi formulada a seguinte questão de investigação: “Como é que a Sociedade Civil participa na discussão da vida coletiva à escala local?”. O meu principal objetivo será perceber:

- i. Se a Sociedade Civil participa na tomada de decisões a nível local.
 - a. Como (Instrumentos)?;
 - b. Onde (Palcos)?;
 - c. Porquê (Motivações)?;
 - d. Meios utilizados;
 - e. Quais são as suas funções?;
 - f. Obstáculos e dificuldades;
 - g. Impacto.
- ii. Se as entidades políticas competentes criam condições para a participação.

- a. Quais são os instrumentos de promoção da Participação?;
 - b. Quando se pode participar?;
 - c. Onde se pode participar?;
 - d. Como se pode participar?.
- iii. Qual deveria ser o papel da Sociedade Civil no desenvolvimento/promoção da discussão de políticas e formação de opinião pública.
- a. Quais devem ser a sua função?;
 - b. Onde se devem reunir (físico/virtual)?;
 - c. Que impacto devem ter?.

1.3. Metodologia

De forma a poder dar resposta à questão de investigação proposta, foi desenvolvida uma pesquisa de carácter exploratório e de natureza qualitativa, através de entrevistas e da realização de um *Focus Group*. As entrevistas tiveram como principal objetivo o levantamento das opiniões de um conjunto de cidadãos da cidade de Aveiro, de forma a partilhar essa informação com os participantes do *Focus Group*. As entrevistas foram realizadas no mês de março, enquanto que o *Focus Group* teve lugar em abril. Embora diversificado, este último foi composto por indivíduos como conhecimentos na área em investigação.

1.4. Estrutura da dissertação

Em termos estruturais, esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo encontra-se a introdução, seguindo-se o segundo capítulo referente à revisão da literatura, a qual deu suporte a este trabalho. Neste capítulo são abordados os conceitos de Participação; Participação Convencional e não Convencional; Processos do Planeamento Participativo e Sociedade Civil.

No terceiro capítulo é abordada a metodologia da dissertação, onde se apresenta a identificação do problema e o processo de pesquisa, bem como os objetivos do estudo e

as hipóteses, o modelo de investigação, o método de recolha de dados e a análise dos mesmos.

Relativamente ao quarto capítulo, este trata da análise e discussão dos dados obtidos com o *Focus Group*, fazendo uma relação entre os dados do mesmo e a literatura existente ao abrigo do tema investigado.

Por último, o quinto capítulo deste trabalho é dedicado às conclusões finais. Assim, como forma de responder ao problema inicial, apresenta-se a interpretação dos resultados de maior relevo, evidenciando as limitações do mesmo e apresentando a proposta de possíveis melhorias para futuras pesquisas.

Capítulo 2 – Revisão da Literatura

2.1. Introdução

Dada a importância da identificação dos determinantes da Participação e a relação com a Sociedade Civil para esta dissertação, o objetivo deste capítulo consiste em fornecer uma base teórica sustentada que facilite a interpretação do tema e da sua evolução. Primariamente são apresentados alguns conceitos de Participação e a sua importância. De seguida, e por tratar-se de um estudo acerca da Participação, são apresentados dois tipos de Participação (Convencional e não Convencional), bem como o processo de participação dos cidadãos. Por último, é analisado o conceito de Sociedade Civil, as suas motivações, os palcos e instrumentos utilizados para participar.

2.2. Participação: Conceitos e Características

A participação pública é uma área de estudo importante e tem despertado a atenção dos investigadores.

Em democracia tem que existir participação! Uma democracia de qualidade necessita que existam os direitos à participação (Diamond e Morlino, 2004). Segundo Gillion (2007) “a participação é um mecanismo de comunicação em que os cidadãos interagem, relacionando suas preocupações aos decisores”, sendo necessária para uma democracia de qualidade sustentável.

Segundo Enserink, Connor e André (2006) podemos definir Participação Pública como algo ou uma acção onde existe o envolvimento de indivíduos ou grupos que podem ser afetados - positiva ou negativamente - por uma intervenção, medida ou decisão, como por exemplo, um projeto; um programa; um plano; uma medida política. A Participação Pública, de acordo com os autores, tem como objetivo informar os interessados acerca das decisões e das suas consequências, reunindo informação sobre o impacto que estas têm na vida, no ambiente humano (dimensão cultural, social, económica e política) e no ambiente biofísico (conhecimento tradicional e local), sendo capaz de conseguir obter as reações dos cidadãos sobre as intervenções, medidas ou decisões e possibilitar assim, uma redução atempada dos impactos negativos das decisões ou aumentar os resultados positivos. A participação contribui para uma melhor análise das propostas e decisões,

levando a um desenvolvimento mais criativo, intervenções mais sustentáveis e, consequentemente, maior aceitação e apoio do público. Comparativamente ao que sucederia noutras circunstâncias, permite ainda que ambas as partes - tanto as instâncias competentes como os cidadãos - possam aprender a melhorar em conjunto.

A Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza a importância da participação como uma forma de promover a democracia e fortalecer o estado de direito. Quer isto dizer que os indivíduos, ao trabalharem de uma forma coletiva, podem obter resultados bastante positivos através da participação, cujas vantagens são indiscutíveis. De acordo com Petts (2000), com a Participação Pública existe um maior acesso à informação, aumentando o número de questões levantadas por parte dos cidadãos. No entanto, quando não existe informação acessível, a que se encontra disponível pelas instâncias competentes acaba por ser muito formatada. Maria Gonçalves (2000) afirma que os indivíduos quando são expostos a diferentes fontes de informação que não as científicas ou técnicas, mas aquelas mais adaptadas às características da população conseguem analisar melhor a informação, fazendo juízos de valor mais adequados que refletem no aperfeiçoamento das soluções encontradas. Segundo Sónia Alves (2001) a participação garante, quer a curto quer a longo prazo, resultados positivos quando satisfazem e estão interligados com os cidadãos.

O estudo “*Participation, Leadership and Urban Sustainability*” (2004) confirma que o envolvimento da comunidade é algo importante. Os indivíduos organizam-se em grupos de interesses, como associações locais ou envolvem-se, num sentido mais amplo, em atividades locais ao abrigo das empresas, agências e universidades, por exemplo. É através de uma participação coletiva e eficiente na comunidade que a participação local pode ser assegurada e reforçada.

O estudo demonstra que o envolvimento da comunidade pode ser bastante eficaz, pois certifica-se que a elaboração das políticas pode identificar-se mais facilmente com as necessidades e preocupações locais; contribui para a qualidade da tomada da decisão (ao permitir identificar alternativas para ações que as instâncias competentes não conseguem encontrar); aumenta a consciência pública sobre as questões políticas e uma maior transparência na tomada da decisão; assegura a legitimidade das decisões e garante um acompanhamento mais seguro da implementação dos processos e dos

recursos (incluindo o conhecimento e o compromisso) necessários para a implementação dos objectivos políticos.

Innes e Booher (2004), apresentam cinco pontos que justificam a importância da Participação Pública: (1) os decisores conseguem, através da participação, descobrir quais são as preferências dos cidadãos, assumindo um papel nas decisões; (2) incorporando o conhecimento local dos cidadãos nas decisões pode levar a uma melhoria das mesmas; (3) as decisões podem ser tomadas com equidade e justiça; (4) a participação dos cidadãos possibilita a legitimidade para as decisões políticas; e (5) a participação é algo que as instâncias competentes têm de fazer, porque a lei assim o exige.

Assim, o termo “participação” serve para designar diferentes formas de atuação dos cidadãos nas atividades políticas com o sentido de influenciar o processo político e eleitoral, através de atividades coletivas e individuais, com o intuito de pressionar ou apoiar as decisões tomadas pelos governantes (Gillion, 2007).

Como podemos ver, é possível uma participação de cariz político como descreve Pasquino (2011), em que a Participação Política não é nada mais nada menos do que um conjunto de acções e atitudes que visam influenciar, de uma maneira mais ou menos direta e mais ou menos legal, as decisões políticas, os detentores do poder político, bem como as organizações políticas existentes, de forma a manter ou modificar os interesses dominantes. A Participação Política envolve a possibilidade de influenciar de forma efetiva as políticas locais. O mesmo autor realça que existem diversas formas de criar impacto na agenda política através da participação legal no sistema representativo, através do voto, nas campanhas, nas eleições e nas estruturas políticas legislativas.

Por outro lado, a participação pode também ser cívica. Segundo Ehrlich (2000), a Participação Cívica significa trabalhar para fazer a diferença na vida cívica das nossas comunidades e desenvolver a combinação de conhecimentos, aptências, valores e motivações para fazer essa diferença, promovendo uma qualidade de vida em comunidade, através de processos políticos e não políticos. A Participação Cívica é o direito do povo de definir um bem público, determinar as políticas pelas quais se atinge esse bem, e de reformar ou substituir as instituições inadequadas (Edwards, 2011).

2.3. Tipos de Participação

Quando falamos de participação é necessário falar dos indivíduos ou grupo de indivíduos que acabam por ser os principais intervenientes. No entanto a participação desses intervenientes pode ser convencional ou não convencional.

2.3.1. Participação não Convencional

Segundo Almond e Powell (1978), os movimentos não organizados surgem quando os seus interesses são novos e não dispõem de canais de manifestação habituais, ou então quando os detentores do poder ignoraram repetidamente as suas exigências e as suas preferências. Nesses casos, os portadores de tais interesses podem ser levados a dramatizar a sua situação de forma desorganizada, recorrendo a manifestações; tumultos; revoltas; assaltos; assassinatos. Esta participação é chamada de não convencional, de carácter esporádico e heterodoxo, e coexiste com formas de participação mais consolidadas e tradicionais. Existem ainda outras iniciativas que podemos descrever como sendo não convencionais: 1) fazer propaganda à abstenção ou ao voto nulo; 2) participar num movimento; 3) organizar ou aderir a greves; 4) bloquear o trânsito com uma manifestação de rua; 5) fazer um *sit-in* (uma ou mais pessoas a ocuparem uma área como forma de protesto, promovendo mudanças políticas, sociais ou económicas); 6) boicotar algum serviço (Barnes & Kaase et al., 1979).

2.3.2. Participação Convencional

Borba e Ribeiro (2011) destacam que a participação convencional está ligada ao momento eleitoral, como o ato de candidatar-se, por exemplo; enquanto a participação política não convencional pressupõe o desenvolvimento de atividades ligadas às ações coletivas como participar em associações e protestos, a participação política convencional pode ser explicada como sendo de atos comportamentais de rotina, os quais se situam no domínio do processo político instituído (Gillion, 2007). A participação convencional é quando os cidadãos escolhem uma elite política para representá-los nas fatias do poder. Como exemplos de participação convencional, (Verba, Nie, & Kim, 1987) temos: 1) participar em campanhas eleitorais; 2) desenvolver atividades de colaboração com grupos; 3) votar; 4) contactar dirigentes políticos e partidários (para resolver problemas, quer individuais, quer coletivos).

2.4. Processo do planeamento participativo

O Planeamento Participativo define-se como a procura constante de uma visão múltipla, integrada e sustentável de desenvolvimento.

Cada alternativa representa um caminho possível para alcançar a situação desejada e implica outra forma de utilizar os escassos recursos que estão à disposição. Para concretizar as decisões, é necessário que as pessoas envolvidas se comprometam a chegar a um consenso em relação às decisões tomadas. Mas como é que esse processo se devolve?

A melhor forma de ilustrar este processo da participação dos cidadãos será usando a escada da participação de Arnstein (1969).

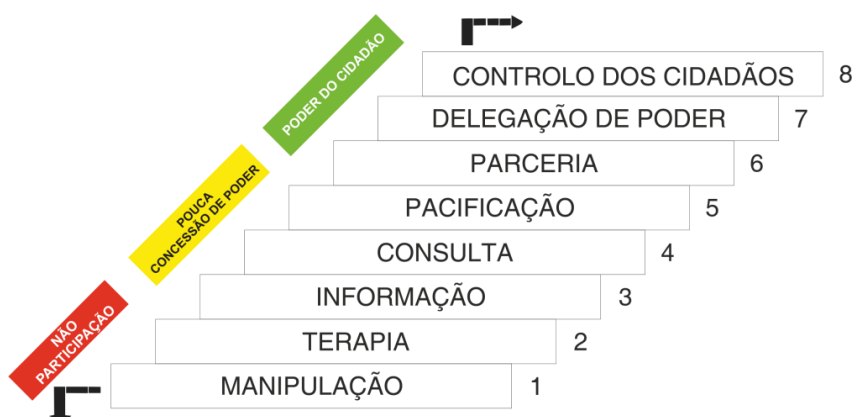


Figura 1 – Escada da participação do cidadão

Arnstein descreve a evolução do processo de participação dos cidadãos, como uma escada. À medida que vamos subindo os degraus, a influência que os cidadãos têm na discussão da tomada de decisões vai sofrendo alterações.

Os primeiros degraus desta escada estão relacionados com a (1) “Manipulação” e a (2) “Terapia”. No fundo desta escada estão os degraus que representam níveis de não participação com o objetivo de substituir a participação genuína. Representam assim a distorção da participação num instrumento de relações públicas dos grupos com poder de decisão. Os detentores do poder não têm interesse em que a população participe nos processos de planeamento ou na condução de programas, cujo grande objetivo é poder “educar” ou “tomar conta” dos participantes.

Arnstein sublinha que no degrau da “manipulação” é criada a ilusão de que a participação dos cidadãos é relevante, mas acaba por ser uma “manipulação” por parte dos detentores do poder, que pretende ensinar os cidadãos. Estes pensam que são

ouvidos, mas acabam por não ter a plena noção de toda a informação sobre as propostas existentes (custos envolvidos, receitas previstas, o tipo de gestão adotada para executar a proposta, os diretores e concessionários das obras, etc...). No patamar da “Terapia”, o cidadão não é considerado adequado a participar no processo de planeamento de decisões, por isso acaba por sofrer uma “transformação” por parte dos detentores do poder de forma a torná-los bons cidadãos e a relativizar as reclamações dos mesmos.

Os degraus (3) “Informação” e (4) “Consulta” representam os níveis de concessão de poder limitado ou o que podemos chamar de participação simbólica. Os detentores de poder criam uma oportunidade de diálogo com os cidadãos, sendo que para os mesmos é o equivalente ao grau máximo de participação possível. Assim, os cidadãos podem ouvir e serem ouvidos, mas os detentores de poder não correm o risco das suas opiniões serem aceites. Estas contribuem apenas para informar os detentores de poder sem conseguir mudar o *status quo* (o estado atual das coisas).

No degrau da “Informação” existe uma partilha de informação com os cidadãos por parte dos detentores do poder, sem que haja um “*feedback*” dos cidadãos. A própria informação disponível para os cidadãos não é a mais perceptível, sendo que as pessoas têm pouca possibilidade de influenciar as decisões, acabando por aceitar as propostas, para a qual não contribuíram efetivamente.

Na “Consulta” existe a procura da opinião dos cidadãos por parte dos detentores do poder, mas não existe qualquer garantia de que as preocupações e as ideias dos cidadãos sejam levadas em consideração. Existem diversos instrumentos de auscultação, mas representam simplesmente uma ilusão de consulta que não garante qualquer interferência nas decisões tomadas.

A meio da escada encontra-se a (5) “Pacificação” que consiste numa pequena evolução da conceção do poder, porque, por um lado temos a contribuição dos cidadãos, no entanto, a influência continua a ser reduzida, mas por outro, os detentores de poder acabam sempre por ter o direito de tomar a decisão final sobre as opções que lhes interessam.

À medida que a escada avança, podemos assistir a um crescimento do poder de decisão do cidadão. Como podemos comprovar nos degraus (6) “Parceria”, (7) “Delegação de Poder e (8) “Controlo dos Cidadãos”.

No degrau da “Parceria” existe efetivamente uma redistribuição do poder através da negociação entre cidadãos e detentores do poder, em que as responsabilidades acabam por ser partilhadas e assumidas entre ambos. A parceria funciona melhor se existir uma comunidade com recursos suficientes e uma Sociedade Civil organizada e capaz de assegurar a participação dos seus representantes.

O degrau da “Delegação de Poder” é resultante de um compromisso entre os cidadãos e os detentores de poder, no sentido dos cidadãos assumirem um poder deliberativo ou parte da decisão num determinado plano ou programa. Assim, os cidadãos podem assumir a responsabilidade da decisão, embora partilhada com os detentores do poder. Através de organizações de cidadãos - associativas ou cooperativas - é realizado o planeamento, em compromisso com os detentores do poder político, mas onde pode ser exercido o poder de veto ou por parte dos cidadãos ou da autoridade política local.

O último degrau representa o “Controlo dos Cidadãos” que consiste na possibilidade dos cidadãos, em certos processos, assumirem grande índice de controlo das decisões que lhes dizem respeito. Para Arnstein este degrau só existe porque os outros degraus em relação às desigualdades sociais não lutam contra a exclusão dos cidadãos.

A escada, embora com as suas falhas, acaba por ser um ponto de partida para quem quiser perceber a participação dos cidadãos, podendo assim avaliar rapidamente e sem grandes problemas metodológicos se, na realidade, está a progredir positivamente.

2.5. Participação e a Sociedade Civil

Antes de definirmos o conceito de Sociedade Civil é importante sabermos onde se insere, se esta insere no meio convencional ou não convencional. Lavalley (2011) define que a participação convencional existe nos espaços tradicionais da política, enquanto a não convencional nasce na Sociedade Civil, externada por meio de movimentos sociais, associações, conselhos, entre outros. Habermas (1997) também define Participação Convencional como uma esfera política, num espaço destinado ao Estado, onde a Sociedade Civil não se encontra inserida e onde a classe política tradicional é a principal protagonista do processo, enquanto que a Participação não Convencional se destina à esfera social, espaço esse destinado à Sociedade Civil que, por diversos mecanismos, utiliza o mundo da vida para propor a sua agenda de reivindicação. Mas não pode a

Sociedade Civil participar de forma convencional? “A participação convencional está com frequência relacionada com a não convencional, indicando que pessoas interessadas na política e competentes no campo tendem a utilizar simultaneamente vários instrumentos possíveis para pressionar os governos. Se há indivíduos que preferem um ou outro tipo de estratégia, existem muitos que os combinam entre si” (Della Porta, 2003).

Surge então um outro tipo de participação a partir indivíduos ou grupos que se organizam formando o que podemos chamar de Sociedade Civil. Mas o que é Sociedade Civil? O conceito ou ideia de Sociedade Civil tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos tempos. A expressão latina “*societas civilis*” traduz a ideia aristotélica de “*koinonia politike*”, “a comunidade ético-política de cidadãos livres e iguais sob um sistema de direito definido” (Cohen & Arato, 1992, 84). A ideia de “*societas civilis*” foi desenvolvida por Cícero no declínio do império romano (Harris, 2008: 132). Para este, a Sociedade Civil é a esfera de atuação daqueles que partilhavam entre si a cidade (cidadania). Assim a Sociedade Civil de Cícero está relacionada com a “organização de poder político que tornava a civilização possível” (Ehrenberg, 1999: 22–23). Um outro conceito caracteriza a Sociedade Civil como a “esfera característica da propriedade privada, dos negócios e do comércio” (Harris, 2008: 133). Segundo Díaz (1993: 96) a Sociedade Civil ocupava uma função preponderante entre a família e o Estado, tanto em termos funcionais e sistémicos como evolutivos e até históricos. Esta relação entre família e estado da Sociedade Civil para Bobbio (1989: 166) lidam com os conflitos de interesses pessoais. Harris (2008: 135) usa a definição marxista de Sociedade Civil que descreve como um espaço desprovido de qualquer sentido de comunidade, pois é envolvido em interesses e motivações particulares perversamente identificados como gerais. Outra definição de Sociedade Civil rejeita a ligação desta tanto com o Estado como com a esfera do mercado. Para Alexis de Tocqueville (2008), tem que existir distinção entre Sociedade Civil e Sociedade Política. O fundamento dessa separação entre as esferas política e cívica provém de uma dimensão da vida social que extravasa a competição material.

Apresentadas três hipóteses ou definições do que se pode entender como Sociedade Civil, é necessário usar, neste contexto, uma definição que seja empregue na Ciência Política contemporânea. A ideia de que Sociedade Civil é o “conjunto de relações não reguladas pelo Estado, e, portanto, tudo aquilo que resta, uma vez bem delimitado o

âmbito em que se exerce o poder estatal” (Bobbio, 1989: 161), pode ser comparada com a conceção de Diaz (1993: 79) em que Sociedade Civil abrange, além dos mercados e das associações voluntárias, a esfera pública comunicativa. Estes dois autores estão no conjunto de vários que defende que a Sociedade Civil corresponde à reunião das interações que estão fora da política, da economia e do domínio da intimidade. Relativamente ao Campo da Teoria da Democracia, Cohen e Arato (1992) concedem à Sociedade Civil o significado de “esfera de interação social entre a economia e o Estado, composta acima de toda a esfera íntima (em especial a família), a esfera das associações (particularmente as voluntárias), dos movimentos sociais e formas de comunicação pública”, enquanto que Warren define como o “domínio da ação social no qual predominam as relações de tipo voluntário” (2001: 57). Na primeira descrição é destacado o tipo de função social desempenhada, no segundo é descrito a natureza das relações estabelecidas entre indivíduos. Existem ainda outras teorias que reforçam a ideia do que é Sociedade Civil, como por exemplo as palavras de Linz e Stepan que definem Sociedade Civil como sendo “a arena da comunidade política [*polity*] onde grupos auto-organizados, movimentos e indivíduos, relativamente autónomos do Estado, procuram articular valores, criar associações e solidariedades e avançar os seus interesses” (1996: 7). Schmitter tem uma visão mais complexa do que é Sociedade Civil, apresentando quatro requisitos necessários, a qual “pode ser definida como um conjunto ou sistema de grupos intermediários auto-organizados que: 1) são relativamente independentes das autoridades públicas e de unidades privadas de produção e de reprodução, isto é, das empresas e das famílias; 2) são capazes de deliberar e tomar ações coletivas em defesa ou em promoção dos seus interesses ou paixões; 3) não procuram substituir nem os agentes públicos ou os (re)produtores privados nem assumir responsabilidade pelo governo da comunidade política como um todo e 4) concordam agir de acordo com regras preestabelecidas de natureza ‘civil’, ou seja, de respeito mútuo” (Schmitter, 1997: 240). Já Bermeo, de forma mais simples, refere-se “às redes de associações formais e informais que medeiam os atores individuais e o Estado” (Bermeo, 2003: 7).

Podemos assim afirmar que o conceito de Sociedade Civil está relacionado com um conjunto de grupos formalmente organizados que tenham origem numa pluralidade de vontades, que não dependam em exclusivo do Estado, não constituam plataformas permanentes de competição para a ocupação de lugares de decisão política, nem

exercem uma atuação orientada para o lucro. É uma participação associativa de envolvimento cívico, são diversas formas de organização dos cidadãos (interessados, conscientes, informados) com foco no interesse coletivo. A Sociedade Civil não é um Estado nem é uma Empresa, é um setor autónomo que não visa o poder político, mas sim criar formas que influenciem e pressionem os gestores públicos para que estes sejam coerentes e que usem todos os instrumentos de poder ao seu dispor para o interesse da sociedade. Resumindo, Vieira afirma que Sociedade Civil não é nada mais do que “uma dimensão do mundo sociológico de normas, práticas, papéis, relações, competências ou um ângulo particular de olhar este mundo do ponto de vista da construção de associações conscientes, vida associativa, auto-organização e comunicação organizada” (Vieira, 2001)

Entre os atores da Sociedade Civil estão os movimentos sociais e as organizações não-governamentais (ONG's), “que lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania.” (Coelho, 2008: 4). Segundo Coelho, os movimentos sociais “reúnem indivíduos interessados em efetivar a sua condição de cidadãos de uma forma ativa, isto é, que pretendem agir e intervir na sociedade procurando, deste modo, transformá-la” e “têm um papel específico na regulação social, respondem a funções sociais particulares e ocupam um lugar original no sistema político-social.” (2008). As ONG's são “organizações publicamente envolvidas, na medida em que promovem a integração de indivíduos na vida local e de grupos de cidadãos simplesmente preocupados com o estado da sociedade atual e que, face ao seu distanciamento relativamente ao poder local, se servem destas instituições para fazer ouvir a sua voz.” (Coelho, 2008: 4). Segundo Lipset (1969) as ONG's desempenham um conjunto de funções que impedem o Estado de dominar todos os recursos políticos funcionam como fonte de opiniões pois permitem meios de comunicação de ideias e garantem o aumento do interesse e da participação na política. Segundo Almond e Verba (1965) o facto de um indivíduo pertencer a uma organização ou ter o apoio desta, faz com que esse indivíduo seja mais participativo do que outros sem qualquer vínculo a qualquer grupo: “a pertença a uma organização, mesmo que o indivíduo não a considere politicamente relevante e que não envolva participação ativa, conduz a uma cidadania mais competente” (1965: 265).

2.5.1. Sociedade Civil: as motivações

Esclarecida a ideia do que é Sociedade Civil - um grupo de pessoas organizadas - é necessário perceber o que motiva as pessoas a participar. O conceito de motivação é um conjunto de fatores que determinam a conduta de um indivíduo ou grupo (Heckhausen & Heckhausen, 2008). Mota identifica uma série de fatores que levam um conjunto de atores (cidadãos) a participar “a sua natureza (pública, privada ou do Terceiro Sector), o objeto (sectorial ou transversal), os objetivos e fins (com ou sem fins lucrativos), a forma de organização (formal ou informal; horizontal ou vertical) e os meios (disponíveis ou potenciais)” (2013). O mesmo autor menciona ainda que cabe ao Estado “encontrar os métodos adequados ao encontro de motivações”. Através da Tese de Doutorado “Planeamento do Território: Metodologias, Acores e Participação” é possível identificar um conjunto de fatores que determinam essa ação, como por exemplo: “coordenar ações; defender necessidades coletivas; defender necessidades individuais; gerar influência no processo de decisão; alcançar/manter o Poder; criar valor/ lucro, criar conhecimento (apoiar a tomada de decisão), fiscalizar (velar p/ lei) e dar pareceres; informar.” (2013).

2.5.2. Sociedade Civil: Os Palcos e os Instrumentos

Conhecidas as motivações que levam à participação, é preciso conhecer os locais ou palcos onde os cidadãos, a Sociedade Civil e o Estado se podem interrelacionar, debater os problemas, construir visões comuns e identificar as ações prioritárias. Para Crosby e Bryson (1993: 109) existem três tipos de espaços de interação entre atores promovidos pelas lideranças políticas: os fóruns, as arenas e os tribunais, identificados como as mais importantes infraestruturas cívicas. Os Fóruns são descritos como sendo “grupos de discussão, sessões de *brainstorming*, debates formais, audições públicas, *taskforce*, conferências, notícias dos média e suas audiências e outros espaços de dramatização” onde se “discutem, debatem ou deliberam sobre questões públicas relevantes”. As arenas são “espaços onde se tomam as decisões administrativas, executivas e legislativas” onde se respondem aos problemas encontrados nos fóruns, são tomadas decisões e atingidos os recursos. Os tribunais podem ser formais ou informais, tendo como função avaliar as decisões tomadas nas arenas. Os autores Crosby e Bryson (1993: 113) defendem que cabe aos poderes públicos o papel de criar espaços de debate e condições para que haja acesso a diferentes palcos e que se possa participar de forma

adequada. Mota define palcos (ou arenas) como “espaços (materiais e imateriais) de atuação dos atores, onde estes expressam as suas motivações, organizam e dispõem os seus meios, tendo uma enorme importância para o seu crescimento e desenvolvimento” (2013). O mesmo autor explica a importância do papel dos palcos “porque cria oportunidades para o diálogo, para o interconhecimento e a interação, para a geração de confiança, para criar ou alinhar posturas face a quadros de referência comum e, por último, para a mobilização coletiva para a ação.” (Mota, 2013). Existem vários tipos de palcos, Carlos Mota (2013) destaca um conjunto de palcos: “institucional; território; económicos (mercados); criação e inovação (do conhecimento); mediáticos; rua (relações sociais e protesto); interface digital (TICE); fiscalização; conceção de planeamento”.

Apresentados os diversos palcos de intervenção existentes, é importante destacar o papel das autarquias e governos. A participação dos cidadãos tem vindo a desenvolver-se em distintos domínios da ação coletiva e da ligação entre os decisores e os diversos atores, do cidadão individual até aos atores coletivos. A relação entre o cidadão e os governos/autarquias locais (Administração Pública) tem vindo a ser um foco de destaque, “uma das questões centrais tem a ver com a confiança entre cidadãos e a Administração Pública e a forma como esta organiza e prepara a conceção de políticas públicas e como considera o cidadão nesse processo” (Mota, 2013). Segundo Mota “a participação surge como parte do processo de resposta de serviços públicos em diversas áreas - da saúde, educação e planeamento - e ligada à agenda de modernização da administração pública (central e local), como forma de envolver os cidadãos no processo de decisão” (2013).

A participação não deve ser vista como um “obstáculo à ação governativa, mas antes um apoio ao processo decisional, para que se ajuste o mais possível às necessidades das pessoas e dos diferentes grupos sociais” (Dias, 2008). Cabe às entidades competentes criar meios de participação e um exemplo de esforço e de vontade de fomentar a participação é o Orçamento Participativo. Usando os termos de Cabannes do Manual Un-Habitat, o Orçamento Participativo é “um mecanismo (ou processo) através do qual a população decide, ou contribui, para a tomada de decisão sobre o destino de uma parte, ou de todos os recursos públicos disponíveis” (Cabannes, 2004:21). Já Souza e Genro define orçamento participativo como sendo “um processo democrático direto, voluntário e universal” que “combina a democracia direta com a democracia

representativa” e onde “as pessoas podem discutir e decidir sobre orçamentos e políticas públicas” (1997).

Os primeiros indícios de Orçamento Participativo tiveram origem em algumas cidades brasileiras, a mais conhecidas foi a de Porto Alegre (Sousa Santos, 2003). De acordo com Dias e Allegretti “os orçamentos participativos parecem poder contribuir, de maneira específica, para a justiça social e a modernização dos serviços públicos, levando os cidadãos a comparar o seu destino com o dos seus iguais, a interessarem-se pelas opções políticas de fundo e a intervirem no centro da máquina administrativa” (2009).

Um outro exemplo de esforço para envolver os cidadãos na tomada de decisão, pode ser encontrado na Carta Europeia do Ordenamento do Território (1988) que se define como “uma visão, um objetivo e um conjunto de ações, devidamente articuladas no espaço e no tempo, que resultam na tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade” (Partidário & Correia, 2004). Esta carta defende que “a definição de políticas de ordenamento do território deve sempre ser baseada na participação ativa das populações, sendo para tal indispensável que elas sejam informadas de forma simples e compreensível”. Estes são alguns dos exemplos de instrumentos de participação criados pelas entidades competentes, aspeto este que será investigado mais a frente.

2.6. Conclusão da revisão da literatura

Em jeito de conclusão podemos dizer que a participação tem um papel bastante importante tanto para os cidadãos como para os governos. É uma forma de troca de informação, de perceção das necessidades da população e um de fazer um levantamento do que as entidades podem fazer para as satisfazer. A participação é uma forma de evitar contestações pois as decisões são tomadas de forma mais democrática, existindo um maior conhecimento da realidade. O conceito de participação está relacionado com “o envolvimento, a informação e a consulta do cidadão em atividades de um processo de tomada de decisão” (Clark, 2003). De facto, a participação é algo útil, mas será que é realmente respeitada e existirão meios que possibilitem essa mesma? Segundo Arnstein (1969), para haver participação tem que existir um equilíbrio entre quem decide e os

cidadãos e é necessário abdicar de certos poderes, algo que os decisores não estão dispostos a abdicar. E será que existe um possível entendimento entre a Sociedade Civil (cidadãos) e as Entidades Competentes (Estado), que permita um equilíbrio?

Capítulo 3 – Metodologia

3.1. Introdução

Este capítulo debruça-se na passagem da parte teórica para a parte empírica do estudo, onde se pode encontrar como foi delineado o ensaio, bem como o modelo de investigação e as hipóteses subjacentes, qual a metodologia utilizada e os processos de recolha de dados, e ainda de que forma os dados foram analisados e quais as técnicas usadas.

3.2. Métodos em ciências sociais – quantitativo

Centro a minha investigação, como descrevi anteriormente no estudo “Como é que a Sociedade Civil participa na discussão da vida coletiva à escala local?”. Pretendo com isto, desenvolver uma pesquisa qualitativa pois favorece uma maior aproximação e colaboração entre o investigador e as pessoas que, no terreno, desenvolvem o trabalho que é objeto da investigação (Lessard-Hébert et al. 1994).

Para Strauss e Corbin (1990) a expressão investigação qualitativa significa qualquer tipo de investigação cujos resultados, derivados de dados obtidos através de diversos meios como observação, entrevistas, registos vídeo, não sejam obtidos através de procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação.

Diversos autores afirmam que a abordagem qualitativa é a mais adequada a este tipo estudo que vou realizar pois favorece a colaboração entre o investigador e os participantes na investigação; pode envolver a perspetiva dos participantes acerca da realidade investigada e é perceptível ao estudo dos processos que conduzem a determinados resultados, processos que não são experimentalmente examinados nem medidos (Guba & Lincoln, 1994; Maxwell, 1996; Denzin & Lincoln, 2000).

Segundo Strauss e Corbin “os métodos qualitativos devem ser utilizados para descobrir e compreender o que está por trás de cada fenómeno sobre o qual pouco ou nada se sabe (...) e permite conhecer os pormenores complexos do fenómeno, difíceis de descobrir com os métodos quantitativos” (1990, p.19). Para estes autores a investigação qualitativa tem três componentes fundamentais: 1) os dados, que podem ter origem de várias fontes, sendo a entrevista e a observação as mais comuns; 2) os processos de análise ou interpretação, chamada de codificação, que incluem técnicas para

conceptualizar os dados e conduzem a comentários interpretativos que podem ser ou não de natureza teórica; e 3) os relatórios, escritos e orais, da investigação.

Fontana e Frey (2000) referem que cada vez mais investigadores usam perspectivas multimétodo para obter melhores e mais amplos resultados. As perspectivas multimétodo vão permitir ao investigador usar, na mesma investigação, diversos métodos em diferentes combinações. Para os autores Denzin e Lincoln (2000), o uso de um conjunto de métodos diversificados e inter-relacionados possibilita a triangulação que permite uma mais ampla e mais profunda compreensão do fenómeno em questão. A triangulação é a combinação de diferentes perspectivas metodológicas, a utilização de diversos componentes empíricos e a participação de vários investigadores num só estudo fomentando uma estratégia que pode acrescentar rigor, amplitude, complexidade, riqueza, e profundidade a qualquer investigação.

Seale (1999), utilizando as palavras de Denzin refere que existem quatro tipos de triangulação: 1) a triangulação de dados, que preconiza o uso de diversas fontes de dados de modo a obter uma descrição mais rica e completa dos fenómenos; 2) a triangulação de investigadores, que sugere que a participação de diferentes investigadores no mesmo estudo permite obter múltiplas observações no campo e também discussões de pontos de vista, o que contribui para reduzir possíveis enviesamentos; 3) a triangulação da teoria, que se refere à possibilidade de o investigador recorrer a múltiplas teorias para interpretar um conjunto de dados e 4) a triangulação metodológica – a mais estudada e aplicada – envolve a combinação de múltiplos métodos, geralmente a observação e a entrevista, de modo a compreender melhor os diferentes aspetos de uma realidade e evitar os enviesamentos de uma metodologia única.

As perspectivas pós-modernas sugerem que a objetividade de determinada realidade nunca pode ser alcançada, isso pode ser justificado, se tomarmos a título de exemplo, o facto de várias leituras de um mesmo texto poderem conduzir a diferentes interpretações, sem que nenhuma versão possa assumir uma interpretação privilegiada ou ser considerada a mais correta, nos atuais paradigmas, salienta-se a ideia de que a investigação pode ser reveladora das múltiplas dimensões que compõem a realidade em estudo. Assim, a triangulação afasta-se da ideia de convergência num ponto fixo e começa a ser concebida como potencialmente geradora de múltiplas perspectivas (Seale,

2000). A combinação de pontos de vista, métodos e materiais empíricos diversificados é, pois, uma estratégia para acrescentar rigor, amplitude e profundidade à investigação” (Denzin & Lincoln, 1998, p. 4; 2000, p. 5).

Ainda que a objetividade não possa ser atingida, o investigador deve procurar o rigor dos processos de análise e dos resultados a que chegar. Maxwell (1996), Lincoln e Guba (referidos por Seale, 1999) sugerem que, além da triangulação de métodos, e na tentativa de obter uma compreensão mais profunda do fenómeno a ser investigado, se deve atentar à opinião dos participantes na investigação, ou seja, é viável procurar a validação por parte das pessoas envolvidas. A validação dos membros pode aumentar a credibilidade da investigação, sem, no entanto, a garantir; permite, contudo, obter dados adicionais de suporte a determinados resultados, mas deve ser usada com precaução.

3.3. Processo de investigação

O processo de uma investigação precisa de ser planeado desde bem cedo, ou seja, desde que é seleccionada a problemática, são formuladas as hipóteses, definidas as variáveis e desde que são recolhidos os instrumentos de análise, até à fase em que são interpretados e comunicados os resultados (Coutinho, 2011, p. 43).

3.3.1. Definição do problema e dos objetivos do estudo

De acordo com Coutinho (2011), uma investigação envolve sempre um problema. Sendo esta uma investigação de cariz qualitativo, a formulação do problema é feita, normalmente, sob a forma de pergunta. Deste modo, o presente estudo pretende dar resposta à seguinte questão: “Como é que a Sociedade Civil participa na discussão da vida coletiva à escala local?”. De modo a dar resposta à mesma, procurou-se identificar duas realidades diferentes. Uma primeira realidade será construir uma visão da atualidade e perceber os motivos pelos quais levam a Sociedade Civil a participar e qual o seu papel no desenvolvimento e promoção da discussão de políticas e formação de opinião pública a nível local. Para podermos estudar este ponto é necessário também procurar entender o papel das entidades políticas competentes na criação das condições para a participação. Posto isto, a segunda realidade, será construir uma visão futura de como deveria ser o papel da Sociedade Civil neste contexto.

O estudo tem como objetivo geral determinar o papel da Sociedade Civil. Para além deste, existem ainda outros objetivos específicos, nomeadamente:

- I. Se a Sociedade Civil participa na tomada de decisões a nível local.
 - a. Como (Instrumentos)?;
 - b. Onde (Palcos)?;
 - c. Porquê (Motivações)?;
 - d. Meios utilizados;
 - e. Quais são as suas funções?;
 - f. Obstáculos e dificuldades;
 - g. Impacto.
- II. Se as entidades políticas competentes criam condições para a participação.
 - a. Quais são os instrumentos de promoção da Participação?;
 - b. Quando se pode participar?;
 - c. Onde se pode participar?;
 - d. Como se pode participar?.
- III. Qual deveria ser o papel da Sociedade Civil no desenvolvimento/promoção da discussão de políticas e formação de opinião pública
 - a. Quais devem ser as suas funções?;
 - b. Onde se devem encontrar (físico/virtual)?;
 - c. Que impacto devem ter?.

1.3.2. Hipóteses de investigação

Através da literatura anterior e consoante os meus objetivos de estudo, surgem as três hipóteses seguintes:

H₁: As autarquias e os governos locais promovem a participação na discussão da vida coletiva à escala local.

O que seria importante perceber, neste caso, é se a entidade competente tem uma relação com a população, estimulando, divulgando e disponibilizando informação e se criam estratégias e clarificam o quando, como e onde se pode e deve participar. É preciso então entender se as instâncias competentes criam as condições necessárias para a participação e qual é a opinião acerca da participação da população, se é vista como algo positivo e benéfico ou algo negativo e prejudicial.

H₂: Em cenários de ausência de promoção de participação os cidadãos mobilizam-se.

Por sua vez, é relevante saber se os cidadãos têm interesse em participar, se sabem participar de forma adequada, quais as razões que as levam a participar e quais as que as afastam. Além disso é bastante importante saber, quando as entidades competentes não criam condições nem promovem a participação, como é que a população reage para realmente poder conseguir o seu direito, dar força a sua opinião e expor as suas ideias.

H₃: Quando os poderes locais e os cidadãos não estão em consenso, surgem organizações que procuram promover formas de participação mais organizadas.

Segundo Coelho “o processo contemporâneo de construção e ação política caracteriza-se, cada vez mais, pelo envolvimento de múltiplos agentes, e não se restringe, somente, às autoridades governamentais e seus representantes, isto é, às organizações governamentais” (2008: 4). A Sociedade Civil, juntamente com as associações e as ONG’s têm o papel de “estruturação de políticas e na formação da opinião pública” (Idem, 2008: 4) e “surgem como uma forma de intervenção política por parte daqueles que se sentem desfasados do poder instaurado.” (Idem, 2008: 4). É importante analisar se existem organizações ou grupo de cidadãos organizados que promovam a participação, saber qual é e qual deveria ser o seu papel e o impacto esperado, quando nem os poderes locais nem os cidadãos (não organizados) estão em consenso.

1.4. Entrevistas Semi-Estruturadas

No intuito de recolher informação que permitisse construir um apoio ao *Focus Group* foi realizado um conjunto de breves entrevistas semi-estruturadas (Anexo 1), com questões abertas, com objetivo de dar lugar que pretendiam dar lugar a respostas curtas que permitissem recolher indicadores de impressões e opiniões que os indivíduos tivessem em relação ao assunto investigado.

Nesta primeira fase contámos com a colaboração de cidadãos da Cidade de Aveiro. Tratou-se de um estudo breve, com um grupo restrito de indivíduos, não necessariamente representativos, mas cuja partição fosse relevante para o nosso estudo. Neste grupo de indivíduos foi procurada a maior diversidade de pessoas, com idade preferencial entre os 18 e 70 anos, sendo o sexo dos indivíduos irrelevante.

3.5. A Técnica de *Focus Group*

3.5.1. Enquadramento e Caraterização

Tal como referem os autores Quivy e Campenhoudt (2008), “as leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida; as entrevistas contribuem para descobrir os aspetos a ter em conta e alargam ou retificam o campo de investigação”. Contudo, se as leituras nos trazem o conhecimento que é necessário para iniciarmos o nosso estudo, é essencial antes de mais definir todas as componentes que envolvem o *Focus Group* e perceber quais são as vantagens que se podem tirar quando comparado a outro tipo de entrevistas.

Pretendo realizar um *Focus Group* para verificar quais são as reações dos indivíduos em relação ao assunto em questão, permitindo partilhar e comparar as suas experiências e pontos de vista, gerando novos conhecimentos e entendimentos. O *Focus Group* é um método de investigação social já consolidado, que assume a forma de uma discussão estruturada, envolvendo a partilha progressiva e a clarificação dos pontos de vista e ideias dos participantes. Morgan (1996, 1997), define *Focus Group* como sendo uma técnica de investigação de recolha de dados através da interação do grupo sobre um tema apresentado pelo investigador. O autor refere ainda três componentes fundamentais: 1) o *Focus Group* é um método de investigação direcionado para a recolha de dados; 2) circunscreve a interação na discussão do grupo como a fonte dos dados e 3) identifica o papel ativo do investigador na dinamização da discussão do grupo para efeitos de recolha dos dados.

Krueger e Casey (2009), para além das caraterísticas anteriores, salientam também a focalização da discussão num dado assunto, o seu contributo para a compreensão do tópico de interesse e o facto dos participantes que os compõem terem alguma característica em comum e relevante face ao tema em discussão.

Entre o leque de possíveis usos dos *Focus Group*, Stewart (et al., 2007) enumera um conjunto de possibilidades como sendo os mais comuns: 1) obtenção de informação sobre um tópico de interesse; 2) gerar hipóteses de investigação; 3) estimular novas ideias e conceitos criativos; 4) diagnosticar os potenciais problemas com um novo programa, produto ou serviço; 5) gerar impressões sobre produtos, programas, serviços, instituições ou outros objetos de interesse; 6) compreender como os participantes falam acerca de um fenómeno de interesse, o que facilita o desenvolvimento de inquéritos ou de outros instrumentos de investigação de pendor mais quantitativo e 7) interpretação de resultados quantitativos obtidos previamente.

Fazendo agora uma breve abordagem das vantagens do *Focus Group* quando comparado a outros métodos de recolha de dados como entrevistas, por exemplo. Começo por destacar Morgan (1996, 1997), o autor conclui que o *Focus Group* não consiste só na análise da opinião das pessoas, mas também entender os comportamentos e motivações dos envolvidos. Morgan (1996) realça outro fator bastante importante que os outros métodos não possuem que é a capacidade de observação e a natureza dos acordos e dos desacordos entre os participantes. Galego e Gomes (2005), mencionam que ao longo do *Focus Group* os participantes acabam por mudar as suas estruturas cognitivas através de processos de assimilação e acomodação causados pelas relações mútuas que são estabelecidas do decorrer do processo. Já Stewart et al. (2007) evidencia que o *Focus Group* possibilita uma maior capacidade de obter dados de um grupo muito mais rapidamente e com menores encargos relativamente a outros métodos como, por exemplo, as entrevistas individuais. O primeiro acaba por permitir uma análise de uma maior diversidade de indivíduos e de contextos.

Depois de ter abordado a definição e as aplicações do *Focus Group*, é necessário começar a desenhar as fases de realização do mesmo.

O planeamento é iniciado pelo desenvolvimento de um conjunto de objetivos específicos para a realização do *Focus Group* e isso depende do que se pretende obter com o uso do mesmo. Como tal, é fundamental que exista uma estruturação do *Focus Group*, o que depende, maioritariamente, como afirma Morgan (1998), do guião da entrevista e do papel que o “*facilitator*” vai desempenhar, mas também do tipo de abordagem selecionada: se uma abordagem muito estruturada ou pouco estruturada. No entanto, a abordagem mais convencional corresponde a projetos moderadamente

focados. No meu caso em concreto vou procurar um guião de entrevistas com questões “fechadas” e com uma estrutura moderada. Segundo Morgan (1997, 1998), nas entrevistas com questões “fechadas”, existe uma preocupação desde o início do projeto por parte do “*facilitator*” em manter cada grupo na tarefa de obtenção das respostas para as questões previamente delineadas.

Relativamente à estrutura moderada ou com grupos moderadamente estruturados, Morgan (1997) destaca como aspeto positivo, o facto das questões colocadas, ao longo do avançar da discussão, se tornarem cada vez mais específicas, enquanto as questões iniciais, como argumenta Krueger e Casey (2009) ao serem mais genéricas ajudam as pessoas a falarem e a pensarem sobre o tópico. Esta abordagem permite, numa primeira parte, alcançar as perspetivas de cada indivíduo e numa parte posterior dar resposta aos interesses específicos do investigador. É de salientar que procuro uma discussão informal por parte dos participantes, onde estes se sintam à vontade para partilhar as suas experiências, mas sempre sob o controlo do moderador e do guião existente.

A composição e o número de elementos do grupo são outro aspeto que se deve ter em conta na fase do planeamento. Primeiro, é necessário que os participantes do *Focus Group* sejam o mais adequados possível ao projeto em questão. Krueger e Casey (2009), dizem que é fundamental que os indivíduos que participam tenham algo em comum entre si de modo a que o tipo de informação que é necessária ser recolhida seja a mais relevante para o projeto. Segundo, é preciso existir um grupo homogéneo, devem possuir uma ou outra característica semelhante. De acordo com Morgan (1997, 1998), características ou interesses semelhantes entre os participantes vão gerar uma discussão mais produtiva, originando um contexto mais positivo, visto que se estes aspetos atrás mencionados não existirem as conversações acabam por não ter qualquer relevância para o propósito do projeto. No caso do meu estudo, é fundamental que os participantes tenham conhecimento em relação ao tema que vai ser investigado, mas devem conhecer também a realidade da “discussão da vida coletiva” em Aveiro, contudo é sempre relevante a existência de conhecimentos acerca de outras realidades. Por último, outro ponto a ter em atenção é o tamanho e o número dos grupos. Segundo Morgan (1996) a quantidade de questões e o tipo de questões pode ter influência na segmentação que pode influenciar a composição dos grupos, bem como o seu número. O autor realça que a segmentação pode possibilitar a homogeneidade entre os grupos, criando uma discussão mais fluida. Ainda em relação ao tamanho dos grupos, Morgan (1998)

constata que não é errado usar unicamente um grupo para análise, até porque muitas vezes é impossível realizar mais do que um grupo de análise. Quer por ser impraticável, quer pelo facto de o número de participantes não o permitir. Por isso, como o autor afirma, a melhor maneira será recorrer à triangulação que consiste na comparação dos dados obtidos através do *Focus Group* com dados de outras fontes.

O tamanho do grupo que participa no *Focus Group* pode ser de quatro a doze participantes como refere Krueger e Casey (2009), ou entre seis a dez participantes como menciona Morgan (1997, 1998). O tamanho do grupo é algo que pode influenciar e até colocar em risco a realização do *Focus Group*, porque o facto de ser muito pequeno ou muito grande pode ter consequências, deve assim existir um equilíbrio. Morgan (1997, 1998) realça que um grupo pequeno pode possibilitar a intervenção de todos os participantes, no entanto, aumenta a dependência da qualidade das intervenções para o desenvolvimento das conversações. Não obstante, nos grupos grandes existe uma menor exigência perante os participantes, mas o tempo de intervenção também é menor.

Em suma, como conclui Morgan (1998, 1997) o tamanho do grupo deve ter em conta os objetivos do projeto de investigação, ver se é possível responder as questões colocadas com tempo e de forma pertinente, mas isso depende muito dos indivíduos escolhidos, logo se prevê que os selecionados geram uma discussão produtiva e o tipo de questões utilizadas é a mais adequada.

A preparação do *Focus Group* consiste no recrutamento dos participantes. O recrutamento é um processo que deve ser bastante organizado e considerado, deve ser estabelecido com um período de tempo considerável para que não exista falhas. Segundo Morgan (1998), normalmente o recrutamento é efetuado duas semanas antes da realização do *Focus Group*, onde os participantes deverão ser contactados, mais tarde (uma semana), deverão voltar a ser contactados para que exista uma confirmação dos mesmos, bem como no dia antes de ser realizado o *Focus Group*. Bloor et al. (2001) realçar a importância de todos os participantes saberem sobre: 1) os objetivos da dissertação, 2) o porquê da realização do *Focus Group*; e, 3) as regras de participação.

Ainda relativamente ao contexto todos os participantes que vão participar receberam com antecedência um guião que as perguntas a serem debatidas, bem como informação complementar relativamente ao assunto em questão de forma a que os intervenientes tenham conhecimento do que se pretende possibilitando uma melhor discussão.

A outra fase do *Focus Group* é a sua realização e a sua moderação. A sua duração pode ser até duas horas e meia (Stewart et al., 2007), embora, a média seja de 90 minutos (Morgan, 1996). Debus (1989) enumera cinco passos essenciais ao iniciar o *Focus Group* (Abertura): 1) apresentação do Facilitador (Moderador); 2) explicação do propósito do *Focus Group*; 3) encorajar os participantes a ter vários tipos de opiniões; 4) explicar que não existem opiniões certas ou erradas; 4) dar certas regras de intervenção (um de cada vez, respeito mútuo, etc...). De seguida, Debus (1989), realça que é importante antes dar ao início *Focus Group* fazer um “*Warm-Up*” com os participantes: 1) os intervenientes apresentam-se; e, 2) os participantes têm a oportunidade de tirar qualquer dúvida que tenham com o moderador.

Nesta fase o papel do moderador é um elemento chave, pois têm influência no sucesso ou insucesso do *Focus Group*. Krueger e Casey (2009), descreve o papel do moderador, não sendo o de emitir juízos de valor, mas como sendo: 1) questionar; 2) ouvir; 3) manter a ordem; e, 4) certificar-se que cada participante tem a oportunidade de participar. Se o papel do moderador for bem realizado os participantes acabam por se sentir confortáveis, respeitados e livres para darem a sua opinião. Krueger e Casey (2009) realçam ainda a importância de uma equipa de moderadores: 1) um moderador para a condução e a manutenção da discussão; e, 2) um auxiliar de moderação para gerir o equipamento de gravação, estar atento às condições logísticas e do ambiente físico, dar respostas a interrupções inesperadas e tomar notas sobre a discussão do grupo.

Antes de prosseguir é necessário fazer uma breve nota em relação a gravação. O equipamento da gravação é parte do indispensável dos investigadores no *Focus Group*. Debus (1989) justifica que a gravação aumenta a precisão da obtenção de dados e permitindo ao moderador estar mais atento aos participantes. Enquanto o auxiliar de moderação pode dedicar o seu tempo a transcrever as palavras dos participantes deixando de parte as necessidades e sugestões dos intervenientes. McParland e Flowers (2012) sugerem que se use mais do que um equipamento de gravação de forma assegurar a “captação” de todas as intervenções. Esta é uma das principais razões para utilizar o equipamento de gravação.

Ao encerrar a secção do *Focus Group*, Debus (1989) afirma que é importante seguir os seguintes passos: 1) resumir e identificar os elementos chaves da discussão; 2) perguntar a todos os intervenientes se têm algo a ser acrescentado ou se pretendem fazer

qualquer questão pertinente; 4) agradecer pelo tempo despendido; e 5) distribuir quaisquer incentivos que nos tenhamos propostos a oferecer. A mesma autora realça que é fundamental após terminar o *Focus Group* proceder verificação das gravações, das notas tiradas, sumarizar todos os temas que surgiram e quaisquer “insights” ou problemas adicionais que ocorreram. Debus chega mesmo a alertar que o período após feitas as entrevistas é crítico para o rigor e validade dos dados do *Focus Group*. Por alguma razão, se surgir um mau funcionamento dos equipamentos de gravação o moderador deve imediatamente proceder à anotação de todo o que se recorda.

3.5.2. Os Participantes

O grupo participante ficou composto por 8 elementos: 1) Membros da Sociedade Civil (Associações, ONG’s); 2) Indivíduos sem qualquer ligação associativa pertencente à Sociedade Civil e sem qualquer afiliação partidária (no entanto que tenham interesse na matéria abordada); 3) Representantes do poder local (Elites Políticas), nomeadamente do partido em poder relativo a Câmara de Aveiro, e representantes de um ou dois partidos políticos da oposição. O objetivo foi constituir um grupo que de algum modo refletisse algumas das características comuns a todos os inquiridos, mas também a característica (opinião) que mais consistentemente surgiu como diferenciadora dos sujeitos quanto às respostas dadas, e que, por conseguinte, poderia contribuir para a diversificação de opiniões aquando da discussão.

É importante para este trabalho realçar o papel de cada convidado na sociedade tendo em conta o tema em investigação. Entre os convidados estavam: 1) a Presidente da JS de Vagos (**P1**); 2) o Secretário Geral da JSD da Concelhia de Aveiro e também funcionário da C.M de Oliveira do Bairro (**P2**); 3) uma Estudante de Mestrado em design, a desenvolver um estudo sobre “O papel do designe nos processos participativos envolvendo o espaço publico” (**P3**); 4) uma estudante de Doutoramento em Designe, membro do coletivo Ciclo Aveiro e desenvolve trabalhos relacionados com processos colaborativos (**P4**); 5) um Arquiteto, membro de um movimento de reflexão cívica, Plataformas Cidades (**P5**) ; 6) uma Estudante de Administração Pública a desenvolver um trabalho sobre participação e membro do movimento Aveiro em Transição (**P6**); 7) um membro do movimento Ciclo Aveiro e trabalhou com associações de caracter social e cultural (**P7**); e 8) um membro do Centro Paroquial de Vera Cruz a trabalhar na área de novos projetos e novas iniciativas para a comunidade (**P8**).

3.5.3. As Entrevistas

Foi construído um roteiro ou guião da entrevista a partir do qual seriam orientadas as discussões. Tal como é amplamente referido na literatura, o número de questões deve ser limitado, assim apresentámos uma pequena questão introdutória e 3 grandes questões, as questões centrais e mais específicas a serem usadas na orientação e dinamização da discussão de acordo com o seu desenvolvimento.

As entrevistas decorreram na sala de Seminário de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro (UA). Optámos por realizá-las nesta instituição, tendo em conta que estas entrevistas se inseriam numa investigação científica ligada à UA, o que era do conhecimento prévio dos participantes, e tendo em conta as características quer da zona (acessibilidade e estacionamento) quer da sala.

A sala era ampla e equipada com um conjunto de mesas em forma de “u” que permitia ser adaptada ao número de participantes, e permitia ainda criar outros dois espaços distintos como uma zona de apoio (com bebidas e aperitivos, visto a entrevista se realizar ao final de um dia de trabalho com a duração prevista de 90 a 120 minutos) e uma zona com instalação do equipamento de gravação para efetuar o registo áudio das discussões e o apontador para transcrever os diálogos.

Para além dos participantes, estiveram presentes os três intervenientes que geriam a reunião: o moderador (que neste caso era o próprio investigador) que tinha por função gerir a dinâmica do grupo, o responsável pelo equipamento que tinha a seu cargo a gravação e filmagem e o apontador responsável pelas anotações necessárias para a transcrição. Caso fosse necessário, o moderador também poderia intervir na discussão, nomeadamente para auxiliar na gestão do tempo pelas diferentes questões e pelos diferentes participantes.

No dia previsto para a entrevista, e enquanto se aguardavam por todos os participantes, distribuiu-se um pequeno guião (Anexo 2) com as questões a serem debatidas e com alguns dados relevantes para a investigação em curso.

Depois de todos os participantes terem chegado e se terem acomodado, passámos a um primeiro momento das entrevistas que designamos por acolhimento, durante o qual: agradecemos a presença de todos os presentes; explicitamos os objetivos da reunião e

contextualizamo-la na investigação; reafirmamos a importância crucial da participação de todos; apresentámos o moderador e o apontador e o seu respetivo papel; pedimos permissão para a utilização do gravador áudio; disponibilizámos o acesso aos resultados da investigação; explicámos como se iria processar esta conversa e a estimativa da sua duração (aproximadamente).

No segundo momento das entrevistas começámos pela apresentação pessoal de cada elemento (nome e o papel que desenvolvia na sociedade que estivesse relacionado com o tema a ser investigado) e passámos então às questões do roteiro da entrevista. O *Focus Group* decorreu durante 135 minutos.

3.5.4. Tipo de moderação e nível de estruturação das entrevistas

Podemos considerar que as entrevistas efetuadas foram estruturadas no sentido em que procurámos manter a discussão centrada nos tópicos predefinidos, embora as perguntas fossem fundamentalmente abertas (Flick, 2005; Morgan, 1996). Uma discussão é estruturada quando o moderador controla quais os tópicos discutidos e /ou quando controla a dinâmica de grupo, nomeadamente tentando que todos participem de forma semelhante na discussão, o que corresponde ao que Morgan (1996, 1997, 1998) define como elevado nível de moderação. No decorrer das entrevistas procurámos observar o que foi definido por Merton, Fiske e Kendall (Flick, 2005; Morgan, 1997) como os 4 grandes critérios que devem orientar a condução de um *Focus Group*: amplitude, especificidade, profundidade e contexto pessoal. No fundo, a discussão deve cobrir uma grande amplitude de tópicos relevantes, deve ser dirigida de forma a suscitar de forma concreta e detalhada as experiências de cada participante, deve explorar com alguma profundidade as perspetivas dos participantes e deve tomar em conta o contexto pessoal a partir do qual cada participante gera as suas respostas.

3.5.5. O tratamento de dados

A última fase do processo, após a realização do *Focus Group* e recolhida toda a informação, será proceder à análise dos dados. Para Debus (1989) não existe nenhuma maneira correta para organizar, analisar e interpretar a forma qualitativa dos dados. O primeiro objetivo na análise dos dados será primeiro, identificar os temas padrões que tem ligação com as questões de investigação que estão a ser estudadas; e, segundo comparar esses padrões e temas com outros dados existentes.

Tendo-se feito um registo áudio das entrevistas, procedeu-se em primeiro lugar à transcrição dos dados. Bloor *et al.* (2001) afirma que a gravação juntamente com as notas devem sempre ser verificadas. O mesmo autor enfatiza que os dados obtidos através dos *Focus Group* devem sempre ser abordados de forma temática e rigorosa.

Como, nesta investigação, precisávamos de recolher o máximo de informação possível acerca da população com quem estávamos a trabalhar, percebemos que teríamos de aceitar toda a revelação, todo o tipo de material, toda a troca de informação e todos os registos de comunicação e expressão destes indivíduos até podermos, de forma suficientemente sistemática e distanciada, congregar a informação fundamental para a construção de teoria acerca do tema em investigação.

A *Grounded Theory* – GT, sendo uma metodologia de pesquisa qualitativa, que nas ciências sociais vem reunindo forte adesão, permite gerar conhecimento (Teoria) a partir dos dados obtidos na investigação (Glaser & Strauss, 1967).

A aplicação da GT acontece em cinco tempos, antes da escrita final: (1) encontro da informação (que aconteceu em encontros individuais e grupais); (2) tomada de apontamentos (anotação dos temas relevantes); (3) codificação (temas ou variáveis a estudar e sub-temas a incluir e neles fazer incidir o estudo); (4) elaboração de memorandos significativos (à medida que se elaboram os registos e se codificam os dados, o que foi dito encontra suporte na teoria, ou contraria-a); (5) classificação (organização dos temas saturados, reelaboração teórica a partir das leituras que, entretanto, foram sendo levantadas e percebidas como necessárias). De acordo com Glaser, o objetivo central da GT é descobrir a teoria implícita nos dados.

Segundo Gomez, Flores e Jiménez (1996) os dados recolhidos constituem a “matéria prima” que precisa de ser tratada de forma a conseguir-se a sua simplificação, seleção e organização, para se obterem os elementos manuseáveis que permitiram fazer leituras, interpretações, chegar a resultados e a conclusões. Pode dizer-se que o tratamento dos dados é uma das tarefas mais difíceis na investigação qualitativa. Os dados em estado bruto (Bell, 1997) originárias das entrevistas do *Focus Group*, requerem, após a sua transcrição de serem sistematizados como referem Bogdan e Biklen (2013), para, por um lado aumentar a sua compreensão e por outro permitir a apresentação desses materiais a outros. Assim, foram, cuidadosamente, lidas as transcrições das entrevistas integrando nas unidades de codificação previamente definidas, as unidades de contexto

(neste trabalho optou-se pelas unidades que são constituídas, de acordo com Vala (1986) por “a palavra, a frase ou ainda um item ou por o tema ou a unidade de informação”). Este processo de categorização permite ao investigador identificar e analisar rapidamente os indicadores que descrevem um conceito.

Tendo utilizado fontes de informação variadas e procurando, no final, estabelecer o encadeamento dos dados obtidos num todo coerente, procuramos garantir a validade de construção da investigação.

Capítulo 4 – Análise e discussão dos dados

4.1. Introdução

As entrevistas semi-estruturadas foram analisadas de forma a permitir identificar um conjunto de opiniões a partir das quais foi possível fazer uma primeira identificação dos aspetos sobre os quais seria importante partilhar com o *Focus Group*.

Relativamente aos dados do *Focus Group*, podem ser sujeitos a uma análise horizontal ou vertical (Rausch, 1998), optou-se por analisar de forma horizontal cada intervenção dos participantes, isto é, analisaram-se os dados pelas questões iniciais e as opiniões encontradas fazendo uma comparação entre cada participante.

Uma análise vertical salientaria e individualizaria a visão de cada um dos participantes sobre os assuntos discutidos, enquanto uma análise horizontal permitiria englobar a respetiva contribuição específica para o esclarecimento e compreensão de cada questão.

A exploração do material foi orientada pela procura de informação que nos permitisse responder às 4 questões, e assim só serão reportadas as intervenções relevantes para esta investigação e que vão de encontro aos objetivos. Não obstante, obtiveram-se não só dados que permitiram elucidar melhor as questões iniciais, mas também outros aspetos pertinentes para a compreensão do problema geral, que neste caso serão também apresentados. Nesta análise foi feita uma comparação entre as intervenções feitas e a literatura existente acerca de este tema.

De modo a facilitar uma visão abrangente da análise efetuada, no início da exposição de cada tema a apresentasse um quadro com um excerto de cada uma das intervenções realizadas acerca da questão exposta.

4.2. Análise das Entrevistas

Pergunta 1: O que é Participação?			
Entrevistados	Idade	Ocupação	Respostas
E1	32	Vendedor	Incluir: ouvir, decidir e fazer
E2	25	Especialista em Marketing	Pensar
E3	22	Estudante de Ciência Política	Soluções
E4	29	Consultor Estratégico	Colaboração
E5	21	Estudante de Administração Pública	Confiança
E6	36	Professora de Sociologia	Cedência de Poder
E7	79	Reformada Ex-Comerciante	Comunhão de saber e de Poder
E8	23	Estudante de Psicologia	Inovação
E9	44	Gestor de Recursos Humanos	Inclusão
E10	71	Reformado Ex – Professor de História	Aprendizagem e Melhoria

Quadro 1 – Análise das entrevistas

Pergunta 2: As entidades políticas criam condições para a participação (?)			
Entrevistados	Idade	Ocupação	Respostas
E1	32	Vendedor	“As Câmaras não encorajam, só fazem aquilo que é estritamente legal.”
E2	25	Especialista em Marketing	“As participações também são viciadas pelos próprios políticos, (...) a maneira como os dados são avançados não permite ver onde está a informação, que dê para debater as questões.”
E3	22	Estudante de Ciência Política	“Interesse individual em detrimento do coletivo.”
E4	29	Consultor Estratégico	“Os políticos pensam que a população tem falta de cultura cívica e de formação.”
E5	21	Estudante de Administração Pública	“A participação não é fomentada pelas entidades competentes.”
E6	36	Professora de Sociologia	“Cada vez mais, as pessoas como o Sr. Presidente da Câmara agem sem pedir a opinião dos cidadãos.”
E7	79	Reformada Ex-Comerciante	“Não sei onde o fazer.”
E8	23	Estudante de Psicologia	“Até podem criar! Se é conhecido? Não é. Só conheço duas formas, voto ou manifestação.”
E9	44	Gestor de Recursos Humanos	“Para ser sincero, tenho conhecimento que existe reuniões que podemos participar. Onde? Quando? Como? Isso já é outra questão.”
E10	71	Reformado Ex – Professor de História	“Sou reformado, toda a minha vida lutei para dar voz a minha opinião. Só o consegui através das associações, sindicatos, enfim, grupos organizados. Porque? Essas “entidades competentes” não facilitam o nosso acesso à chamada [Participação].”

Quadro 2 – Análise das entrevistas (Continuação)

Pergunta 3: A Sociedade Civil participa na discussão da vida coletiva a nível local (?)			
Entrevistados	Idade	Ocupação	Respostas
E1	32	Vendedor	“Sim, porque os cidadãos, como utilizadores do espaço, podem lançar motes para novas estratégias.”
E2	25	Especialista em Marketing	“Sim. A Sociedade civil pode ser um instrumento privilegiado de mediação entre os decisores e as populações.”
E3	22	Estudante de Ciência Política	“Acredito que sim. Sendo a única forma de as ações não serem curto-circuitadas e serem aceites, desenvolvidas e corrigidas. Porque eu acho que um grupo de pessoas organizadas tem maior possibilidade de ser ouvida do que um grupo de pessoas desorganizadas.”
E4	29	Consultor Estratégico	“Claro que sim. É importante que os cidadãos participem, sejam ouvidos, critiquem. Como? Penso que é aqui que entra a chamada Sociedade Civil.”
E5	21	Estudante de Administração Pública	“Sim, porque os utilizadores das cidades, os chamados de cidadãos, tem maior conhecimento das suas necessidades. A Sociedade Civil possibilita a transmissão dessas necessidades.”
E6	36	Professora de Sociologia	“Sim. São os cidadãos que vivem e lidam com os problemas do dia-a-dia, e como tal conhecem bem o que é bom e mau para a sua cidade. Se tiverem juntos são mais forte, é esse o papel da Sociedade Civil ser mais forte.”
E7	79	Reformada Ex-Comerciante	“Só posso dizer o que vejo e não o que dizem. Sempre que ligo a televisão vejo, o que o menino chama de Sociedade Civil, a participar. Bem, se é o local correto? Pronto, isso dependente das entidades competentes avaliar.”
E8	23	Estudante de Psicologia	“Eu quero que acreditar que sim. Atualmente, a Sociedade Civil, assume um papel de mediação entre o Estado e a Sociedade.”
E9	44	Gestor de Recursos Humanos	“Acho que sim. A Sociedade Civil não se restringe a Política, está presente em questões económicas, culturais e sociais. Dai existir diversos grupos, associações, corporações, clubes, etc...”
E10	71	Reformado Ex – Professor de História	“Sim e acho que tem um papel bastante importante. Em incentivar uma participação mais consciente e melhor informada.”

Quadro 3 – Análise das entrevistas (Continuação)

Pergunta 4: Qual devia ser o Papel da Sociedade Civil no desenvolvimento/promoção da discussão de políticas e formação de opinião pública a nível local (?)

Entrevistados	Idade	Ocupação	Respostas
E1	32	Vendedor	“A Sociedade Civil devia lutar por uma maior transparência, maior divulgação de factos objetivos e seriedade na concretização desses objetivos.”
E2	25	Especialista em Marketing	“Incentivar a criação de espaços bem identificados onde as pessoas sejam chamadas a participar.”
E3	22	Estudante de Ciência Política	“Responsáveis pela criação, juntamente com as tais entidades competentes, de plataformas e meios específicos e bastante acessíveis de participação”
E4	29	Consultor Estratégico	“Promover, mas não sozinhos, reuniões públicas juntas dos interessados.”
E5	21	Estudante de Administração Pública	“Promover a clarificação e divulgação dos momentos de debate.”
E6	36	Professora de Sociologia	“A Sociedade Civil, deve criar um elo de ligação entre os que estão no poder e os cidadãos.”
E7	79	Reformada Ex-Comerciante	“Deve educar não só os cidadãos, porque muitos não sabem participar de forma civilizada, mas também educar os senhores políticos a ouvirem”
E8	23	Estudante de Psicologia	“Acho que deve ser uma forma de representar as nossas ideias. Não quero com isto dizer que as entidades políticas sejam obrigadas a aceitar as essas ideias, mas que vejam como uma hipótese.”
E9	44	Gestor de Recursos Humanos	“Além poder incutir certos valores. Acho que deve ter um objetivo e que esse objetivo, tenha resultados positivos. Não ser a voz da crítica, mas sim da solução.”
E10	71	Reformado Ex – Professor de História	“Tem o dever de acabar com a luta constante que existe entre o Cidadão e o Estado. Porque a responsabilidade das decisões é dois lados. E deve ser um interesse dos dois lados. Por isso a Sociedade Civil deve manter o cidadão junto do Estado, mas de uma forma colaborativa”

Quadro 4 – Análise das entrevistas (Continuação)

4.3. Análise do *Focus Group*

4.3.1. O que é Participação (?)

Com este primeiro tema pretendia-se colocar em discussão a opinião em relação a Participação. Antes dos participantes começarem foi apresentado opiniões de alguns cidadãos de Aveiro acerca do assunto a ser debatido. Esses cidadãos foram convidados a descrever numa palavra ou num conjunto de palavras “O que é participação?” (Quadro 1).

Pergunta 1: O que é Participação?			
Origem	Causa	(P2) “É relativa as vontades e sentimentos das pessoas...”; “É a mobilização através de uma causa, de um sentimento, de algo que seja afetivo, que os fez pensar sobre aquilo e faz querer que os outros a sigam também...”	
	Problema	(P3) “há um problema que se transforma numa motivação, que leva que as pessoas se juntem...”	
	Motivação		
	Desejo	(P4) “Eu acho que a participação tem que ser mais divertida e as pessoas tem que desejar em participar (...) mas esse é o desafio...”	
Natureza	Participação cívica	(P5) “[Participação] dentro dos procedimentos democráticos que nós temos a nossa disposição, no sentido de delegar o poder, numa democracia representativa...”	
	Participação dos movimentos cívicos	Por causa	(P5) “Um conjunto de causas que organiza, que envolve pessoas que são sensíveis a essa causa e que por isso se junta para participar com um objetivo...”
		Por contexto	(P5) “Um contexto que move as pessoas, por exemplo uma associação de estudantes, ou de moradores, uma associação formal ou informal...”
Participação é...		Colaboração	(P3) “Colaborar simpatizo muito com essa palavra...”
			(P4) “Colaboração é mais relevante do que a participação, para colaborarem na procura da solução, para esse desafio, essa motivação, esse problema...”
		Pensar Colectivo	(P2) “Penso que é isso! as causas e os pensamentos que as pessoas tem e tentam com outras formar uma ideia comum, um projeto comum...”; (P5) “Participação Cívica, nos mecanismos que não são aqueles que a democracia coloca a nossa disposição, é uma participação que depende dos cidadãos, ou seja, depende das dinâmicas que a sociedade cria fora dos círculos de poder (...) E por isso é tão mais ou menos existente, quanto mais ou menos madura é uma sociedade em termos de riqueza do modo como nós sentimos o bem comum...”
			Envolver os cidadãos
(P4) “Há sociedades menos participativas, há varias questões que se levantam ai, mas se as pessoas realmente sentirem que tem espaço para mudar alguma coisa, se sentirem que ao fazer algo podem mudar para melhor aquilo que se propõem, a participação aumenta...”			

Quadro 5 – Análise do *Focus Group*

Existe um conjunto de opiniões diversas em relação ao que é participação, mas todas elas estão interligadas. Os participantes começam a discussão do tema dando ênfase à origem da Participação. Pode existir um problema, uma causa ou uma motivação, que vão originar nessa vontade de participar. Por outro lado, também tem que partir de um desejo, não podemos estar presos na participação tradicional, Verba e Nie (1972:46) distinguem quatro modos tradicionais de participação na atividade política: 1) voto; 2) Campanha eleitoral; 3) contactos dos cidadãos (nível individual) com os funcionários do governo; 4) as organizações ou grupos que atuam para lidar com os problemas sociais ou políticos.

A natureza dessa participação, foi outro ponto debatido, essa mesma pode variar. Podendo ser uma participação cívica dentro dos procedimentos democráticos, que consiste na delegação dos poderes. A essa participação, a literatura especializada tem chamado de participação, na política, convencional, “onde os cidadãos escolhem uma elite política para representá-los nas fatias do poder” (Borba & Ribeiro, 2011). Por outro lado, temos uma participação que envolve os movimentos cívicos, podendo surgir através de uma causa ou de contexto que provem de uma organização formal ou informal, “esta vertente da participação cívica, nos mecanismos que não são aqueles que a democracia coloca à nossa disposição, é uma participação que depende dos cidadãos, ou seja depende das dinâmicas que a sociedade cria fora dos círculos de poder.” (P5). A participação e o envolvimento cívico, possibilitam a expressão de reivindicações colectivas, a intervenção em movimentos cívicos, culturais ou em associações da Sociedade Civil é assim uma forma de participação ativa, o sociólogo Delson Ferreira (2003), define origem dos movimentos cívicos a partir das ações de grupos organizados que objetivam alcançar um determinado fim pelo meio da luta política. Ainda dentro desta questão, Leonardo Avritzer (2010), argumenta que organizações e movimentos constituem espaços de participação, sendo uma forma dos actores sociais de transmitirem a sua opinião, expressar as suas ideias, de maneira a que os seus objetivos ganhem poder coletivo, podendo assim interferir nas decisões tomadas.

Durante a discussão do primeiro tema do *Focus Group* houve um assunto que se destacou foi a colaboração e o pensar em coletivo que visa um projeto comum, a procura de soluções.

A literatura existente destaca a importância da colaboração entre os cidadãos, Mary Follet (2007) introduz o princípio de “*constructive conflict*”, que determina que o indivíduo é um ser social que se relaciona através de grupos e a relação entre ambos deve ser utilizada positivamente na resolução dos conflitos. Verba e Nie (1972) afirmam que pensar coletivo ou a intervenção coletiva é mecanismo poderoso de controlo por parte dos cidadãos, com isto, destacam que quanto maior for a participação, por parte dos cidadãos, mais as entidades políticas competentes concordarão com as opiniões dos cidadãos participantes sobre as prioridades da comunidade, certo que altas taxas de participação coletiva potenciam líderes e decisões mais responsáveis.

4.4. As entidades políticas criam condições para a participação (?)

Nesta questão é pedido aos participantes para apresentarem as suas opiniões em relação ao papel desempenhado pelas entidades políticas sendo apresentado os seguintes tópicos que podem ser discutidos:

- Quais os instrumentos de promoção da Participação;
- Quando se pode participar;
- Onde se pode participar;
- Como se pode participar;
- Com que objectivos.

Foi também apresentado um conjunto de opiniões de cidadãos de Aveiro (Quadro 2).

Pergunta 2: As entidades políticas criam condições para a participação (?)		
Sim	Criam	(P5) “Reuniões de Camara, Assembleias Municipais, Orçamento Participativo, debate publico sobre instrumentos de gestão territorial, organismo de gestão local (educação, saúde, associação amigos do hospital) ou seja há um conjunto de instrumentos que são colocados à disposição dos cidadãos...”
	Existem, mas são adequados?	(P1) "Isso vesse muito pelo orçamento participativo, que muitas camaras ainda não o fazem e estamos em 2016..." (P2) “As pessoas vão recorrer ao OP porque sabem que há dinheiro, porque se não houvesse dinheiro se calhar nem proponham nada (...) Outra coisa é ver um OP sem dinheiro e vamos ver quantas propostas tem...” (P3) “A instituição responsável abre esses canais de participação pontual, mas não são

		<p>tão atrativos e as pessoas não se sentem motivadas para usar esses canais...”</p> <p>(P4) “Há um tendência natural para que os políticos se cobram, se protejam na questão de nós até temos isto, até temos esta ferramenta, até podem fazer isto, até podem contactar desta maneira, também há estas secções que podem ir e podem falar (...) Mas na verdade isso não é o que se passa no terreno, na realidade da sociedade, da comunidade (...) Nós precisamos é de um canal realmente aberto, para ser ouvido e depois de ser ouvido não fique só registado numa secção pública mas que avance, existe realmente bloqueios...”</p>
Não	Responsabilidade dos Cidadãos	<p>(P2) “Há mais vantagens a ganhar, mais vantagens a ter, do que em desvantagens em participar, em sair de casa e o prazer que se tem em fazer qualquer coisa, sem ser a vida pessoal (...) pensam que quem toma as decisões são as pessoas que estão na camara, na junta de freguesia...”</p> <p>(P3) “As pessoas parecem que não se sentem atraídas para participar, mesmo para votar, que não é uma participação pontual (...) no Brasil é obrigatório votar (...) Mas aqui eu acompanhei as últimas eleições menos de 50% votaram e são responsáveis pelos políticos que estão a governar...”</p> <p>(P5) “Eu não acho que a participação pública esteja dependente das condições do poder político para que exista, o poder político pode facilita-lo ou pode dificulta-lo...”</p> <p>(P7) “Acabamos por ter tudo o que é movimentos cívicos, instituições privadas, empresas, associações que acabam por dar uma outra resposta ou complementar aquilo que não cabe apenas ao Estado, a parte política, mas cabe também aos cidadãos, que, portanto, no compete a nós não sermos meros espectadores, mas também agir, pensar o que queremos para a nossa sociedade...”</p>
	Responsabilidade das Entidades Competentes	<p>(P2) “Pensam porque a maioria do povo os ter escolhido para governar (um concelho) que podem fazer tudo o que querem, sem pedir qualquer tipo de opinião”; “as pessoas movem-se por interesses individuais...”</p> <p>(P6) “Eu penso que em Aveiro os políticos não promovem a participação e isso pode-se ver pelo seu conceito de participação que está muito focado na revisão do PDM (PLANO DIRECTOR MUNICIPAL), que acaba por ser um documento muito difícil de entender e quem diz o PDM, diz outros documentos (...) Os instrumentos de participação que tem existido são sobretudo de informação e de consulta, a nível de participação mesmo de tomada de decisão tem sido basicamente de iniciativa privada...”</p>
	Responsabilidade de ambos os lados	<p>(P1) “Há culpa não só nas entidades públicas, como nas pessoas (...) nenhum ou quase nenhum presidente ou político gosta que uma pessoa vá falar no período aberto nas assembleias (...) se formos a ver estes períodos existem, mas quase nunca são usados...”</p> <p>(P3) “Eu acho que há um bloqueio entre a maneira de participar mais informal e na maneira mais formal, há um bloqueio e precisa de haver mais pontes entre esses dois campos, no Brasil e aqui, que o contexto que me insiro mais...”</p> <p>(P6) “A falta de participação devesse aos dois lados, não só aos políticos, mas também</p>

		<p>as pessoas. Mas por outro lado, parte mesmo dos movimentos cívicos mostrar que ganhamos com esta participação...”</p> <p>(P8) “Acho que não se abre suficientemente espaço para a opinião pública e a participação, mesmo assim, que é uma questão cultural, precisamos de ser educados...”</p>
	Alternativas e Mudanças	<p>(P2) “Eu acho que nos últimos anos tem havido uma abertura para ouvir os cidadãos (...) Os partidos antes de irem para eleições pedem os contributos aos cidadãos, por exemplo, o Partido Socialista, nas suas próprias eleições pede aos membros da sociedade para votar nas causas e na pessoa que vai liderar o partido (...) Penso que nisto estamos a ganhar para uma outra fase de participação pública, que as entidades políticas têm que saber e apoiar, obviamente a participação das pessoas...”</p> <p>(P4) “Eu acho que alguma coisa está a mudar, tanto na política, nós vimos agora com o nosso governo como está a ser formado, como está a governar, alguma coisa está a mudar (...) Parece-me que as pessoas estão a começar a perceber que realmente há uma necessidade de se juntar e unir esforços para debater para que haja mais consensos, para se perceba que as coisas são de todos...”</p> <p>(P5) “Em Aveiro a partir do momento em que as intervenções públicas da Assembleia Municipal são passadas para o fim da secção, que se repetem por quatro ou cinco subsecções obviamente que isso dificulta e obviamente que isso é indesejável, porque é um retrocesso a nível dos mecanismos para a participação pública. (...) mas não é por isso que as pessoas não encontram o seu espaço se o tiverem que o encontrar, o espaço não é só nos canais, digamos, democráticos e conservadores que nós temos para participar...”</p>

Quadro 6 – Análise do *Focus Group* (Continuação)

Neste tema existe divergências em relação as condições existentes e criadas para a participação, se deve partir da iniciativa das entidades políticas ou se os próprios cidadãos devem procurar também conceber as condições necessárias para a participação.

Quanto à questão se existem instrumentos, palcos ou mecanismos de participação foram enumerados um conjunto: Reuniões de Câmara¹; Assembleias Municipais²; Orçamento Participativo³; debate publico sobre Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)⁴;

¹ As reuniões a realizar nas primeiras semanas do mês serão públicas, sendo o período de intervenção do público fixado a partir das 17:30 horas (Informação retirada no site da Câmara Municipal de Aveiro).

² Todas as sessões da assembleia municipal são públicas e têm um período para intervenção do público, durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados (Lei n.º 169/99, de 18/09).

³ O OP caracteriza-se como uma estrutura e um processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais, assente nos princípios de participação aberta dos cidadãos, articulação entre democracia representativa e direta e na definição das prioridades de investimento público.

Organismos de Gestão Local; entre outros. Os participantes mencionam a necessidade de as entidades competentes criarem condições para participar. Em Portugal, o Código do Procedimento Administrativo, de 1991, revisto em 1996, estabelece o princípio do direito dos particulares, bem como das associações que defendem os interesses dos cidadãos, intervirem no processo de formação das decisões e no controlo das mesmas⁵. Mesmo a Constituição da República Portuguesa dá ênfase ao direito da participação na vida pública⁶, à participação política dos cidadãos⁷, bem como a administração pública de assegurar a participação dos interessados⁸. Assim, “para além dos atos, eleição e nomeação, que indigitaram as personalidades para os cargos, aos homens e mulheres compete o dever indeclinável de acompanhar o exercício daquelas funções, de informar quando necessário, para que os atos que pratiquem estejam de acordo com a sua vontade coletiva” (Coelho, 1999)

Contudo não existem sanções quando as entidades competentes não cumprem com o dever de criar condições necessárias. Manuel Veiga (2000) justifica essa causa, pela ideia existente do cidadão a intrometer-se nas decisões públicas, assegurando algum controlo numa democracia representativa, havendo assim uma contradição, existem condições, mas será que a participação é fomentada e credibilizada?

É partir desta questão, que se levante outro ponto a ser discutido, será que as condições criadas são as adequadas? Ou a participação dos cidadãos não passa de “um meio de legitimar decisões, um instrumento de propaganda e de marketing político” (Guerra, 2006). Existem teorias que fundamentam essa ideia. Ray Kemp (1988) com a teoria “*Public Hearing Model*” apresenta a ideia de que as entidades competentes consultam os cidadãos e seus porta-vozes, no entanto segundo o mesmo, essa “consulta” acontece de forma transmitir o que vai acontecer e não o que os cidadãos gostariam que acontecesse, havendo uma manipulação a favor dos interesses do Estado. Esta ideia vai de acordo a teoria de Arnstein, apresentada anteriormente, que existe uma distorção da participação como um instrumento de relações públicas dos grupos com poder de decisão.

⁴ Plano Diretor Municipal; Plano de Urbanização; Planos Municipais de Ordenamento do Território (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22)

⁵ Código do Procedimento Administrativo, Artigo 8º (Princípio da Participação)

⁶ CRP, Artigo 48º

⁷ CRP, Artigo 109º

⁸ CRP, Artigo 267º (Estrutura da Administração)

Por outro lado, temos a a relação entre as entidades competentes e os cidadãos. Neste discussão um ponto fundamental foi o facto das entidades competentes não incentivam ou fomentam a participação. Cabe as entidades competentes incetivarem os cidadãos a participarem “a participação depende da vontade política dos governos locais e da sua relação com a população” (Borja, 2003), se não os cidadãos acabam por se distanciar, isso porque não se sentem integrados no processo de decisão (Medeiros et al., 2008). No entanto, o desinteresse e comodismo por parte dos cidadãos é um facto também destacado pelos participantes, como defende José Oliveira Rocha (1991) que em Portugal os cidadãos não participam no processo político a nível do governo local, pois consideram os seus representantes como meros agentes administrativos, como consequência o processo de formação das políticas continua a ser o mesmo como no passado, sem haver qualquer alteração.

Em suma, cabe tanto ao Estado o estímulo, a divulgação e a informação, ainda clarificação relativa ao quando, como e onde se pode e deve participar e aos cidadãos não estarem a espera que seja o sempre o estado a estimular. Com isto pretendo dizer que os cidadãos tem que ter uma postura mais interventiva e as estruturas políticas devem ser mais motivadas para a partilha de decisões com as comunidades.

Apesar destas duas realidades, os participantes partilham de um positivismo de mudança que a sociedade começa a ser mais interventiva, mais interessada e consegue sempre criar alternativas aos obstáculos existentes, esta questão será abordada na próxima questão em relação à participação da Sociedade Civil (Ponto 4.5).

4.5. A Sociedade Civil participa na discussão da vida coletiva a nível local (?)

Nesta questão pretendesse conhecer as perspetivas dos participantes em relação ao que se passa atualmente, procurando saber se a chamada Sociedade Civil participa ou não na discussão da vida coletiva a nível local. Foram apresentados os seguintes tópicos para os convidados saberem o que pretendemos analisar:

- Como (Instrumentos);
- Onde (Palcos);
- Porquê (Motivações);
- Meios utilizados;

- Modelos de organização (exemplos);
- Actividades realizadas (exemplos);
- Onde se podem encontrar (físico/virtual);
- Obstáculos e dificuldades;
- Resultados.

Foram encontradas opiniões relativamente a esta questão (Quadro 3).

Pergunta 3: A Sociedade Civil (<i>os cidadãos / grupos de interesse / organizações</i>) participa na discussão da vida colectiva a nível local (?)	
Sim	<p>(P1) “Nos últimos anos, de facto, aumentaram os números de associações e movimentos cívicos pelo menos no nosso concelho que é Vagos (...) Também se nota na altura das autárquicas, nota-se muito que as listas dos partidos políticos, principalmente os partidos políticos que não estão no poder há muitos anos ou com menos expressão eleitoral, tem nas suas listas muitos interdependentes, pessoas que não estão ligadas aos partidos, mas tem motivação e uma causa (...) E querem com a sua energia e as suas ideias ajudar a causa pública...”</p> <p>(P3) “A política é no dia a dia onde todos se envolvem, com todas as motivações, com o teu grupo de amigos e tenta construir algo comum (...) quando se dá a oportunidade para as pessoas participarem, elas participam...”</p> <p>(P4) “A Sociedade Civil tem, os cidadãos têm vontade de se juntar por grupos de interesse, por causas e por motivações (...) acho que há muitos grupos a querer ter um papel ativo, não só na discussão, mas também na criação de uma comunidade, de uma vida em comunidade mais comunitária...”</p> <p>(P5) “Há um conjunto de instrumentos e de mecanismos que são colocados a serviço dos cidadãos para promover a participação, são muitos, são poucos, são alguns? Não podemos discutir isso, mas depois há um conjunto de instrumentos que os cidadãos organizados criam para se relacionarem...”</p> <p>(P7) “Podem ser as associações, grupo cívicos, grupos de amigos... E isto tudo surge porque? Porque se detetam algumas necessidades, que não tem que ser necessariamente o poder político as confrontar, por isso é que todos os outros acabam por surgir, como é que isto se vai fazendo? Muito por reuniões informativas, tertúlias, espaços de discussão, promoção de atividades que começam muito mais a ser abertas a comunidade...”</p> <p>(P8) “Nós votamos democraticamente nos políticos para os responsabilizar pelas iniciativas, eles é que tem que fazer as coisas e serem responsabilizados por elas, cada um de nós tem um papel diferente (...) Agora sem essa iniciativa individual dos cidadãos isso não acontece, se nós não pressionarmos, nós somos grupos que sentimos necessidades de estar no terreno, individual ou coletivamente, se for coletivamente temos outra força, temos outro tamanho, outro empenho, outra motivação e combatamos</p>

	as necessidades que sentimos, seja de lazer, seja de educação, seja do que for (...) criamos os palcos, os porquês, os meios, a motivação...”
Não	(P6) “Se considerarmos participação como a influencia na formulação de políticas públicas, no município de Aveiro está é praticamente inexistente quer porque o próprio poder local não tem intenção da delegação de poder quer porque os cidadãos não se encontram devidamente organizados...”
Sociedade Civil vs Estado	<p>(P1) “As pessoas podem até participar e sentirem-se motivadas e até começarem-se a envolver-se (...) Mas se elas sentem que não são acarinhadas, que não são ouvidas, se estão ali naquela do rotineiro, se calhar começam afastar-se e a olhar para outros lados (...) é necessário dar poder a população e mostrar que a política e os políticos não é aquela coisa lá em cima, a política e o poder está na população, é na nossa rua, nos nossos vizinhos, são eles que sabem o que querem e tem que participar...”</p> <p>(P2) “eu acho que por mais que a gente não queira mal a gente acorda, a gente poe o pé na rua e estamos a fazer Estado ou precisamos do Estado (...) Mesmo as causas sociais, as organizações, os grupos de interesses têm que se envolver com o Estado (...) Ou seja eu acho deve haver uma confluência positiva entre os grupos de cidadãos e os políticos...”</p> <p>(P3) “Tem que haver pontes, entre essas organizações que sabem quais são as necessidades do dia a dia e tudo e as instituições (...) Se não existe um problema, nos dois contextos Portugal e Brasil, falta ainda esse <i>link</i>...”</p> <p>(P4) “Eu concordo com essa questão da confluência até porque mais tarde ou mais cedo, isto ao nível da participação podemos começar como um grupo de cidadãos que até tem motivações e que tenta chegar a um determinado objetivo, mas que, entretanto, e a medida que vai crescendo se depara realmente com a necessidade de ter outro tipo de apoio, de decisões...”</p> <p>(P5) “As decisões finais têm que ser políticas, de preferência com quanta mais confluência melhor (...) Mas eu mesmo não votando naquele ou votando naquele, mesmo que as decisões sejam erradas, eu prefiro que as decisões sejam participadas, que haja empenho dos dois lados na tomada de decisões, mas também quero viver na cidade em que as decisões no final sejam tomadas pelo poder politico para que depois nós saibamos a quem possamos confrontar e responsabilizar sobre o que aconteceu...”</p>
Capacitação da Sociedade Civil	<p>(P5) “Falta aqui aquela parte inicial, ou seja, a capacitação dos cidadãos para terem uma participação ativa e que seja, de facto, para o bem comum, porque a participação cívica pode não ser para o bem comum...”</p> <p>(P7) “Acho que há mesmo uma necessidade de fazermos uma alteração ao percurso educativo no sentido de fazer com que se comece desde cedo a perceber que cada um de nós é importante na sociedade (...) No momento participa quem quer, quem tem noção e que de alguma forma acabou por ter essa motivação pelo percurso que fez té agora.”</p>

Quadro 7 – Análise do Focus Group (Continuação)

Questionados sobre a participação da Sociedade Civil, os participantes apresentam uma opinião otimista em relação a este tema, os cidadãos procuram ter um papel ativo na discussão da vida coletiva. Os participantes destacam o aumento do número de associações e movimentos cívicos, no envolvimento de grupos para construir algo comum, de forma a colmatar as necessidades, criando assim os instrumentos, os meios e os palcos necessários. Criando alternativas quando mesmo as entidades competentes falham. Para Jean Cohen e Andrew Arato (1992), a Sociedade Civil tem o papel de promover a coesão social, que os participantes destacam, devendo ter uma atuação contínua de forma a minimizar as falhas do Estado, e isso é possível através do pluralismo e associativismo existente na Sociedade Civil, tais como as instituições culturais, clubes, associações de vizinhos, e, especialmente, os partidos. Ainda Gordan White (1994), faz essa ligação entre o desenvolvimento de projetos e de políticas por parte da Sociedade Civil e a existência do associativismo no dia a dia.

De facto, a ideia de Sociedade Civil tem sido explorada por vários investigadores que procuram descrever o envolvimento cidadãos em democracia e nos processos democráticos. Eva Etzioni-Halevy (1993), afirma que o surgimento de comunidades, organizações, associações, redes sociais e um conjunto de outras estruturas, são processos e actividades nas quais os cidadãos interagem.

Outro ponto discutido entre os participantes foi a relação entre a Sociedade Civil e o Estado. É dada ênfase à participação da Sociedade Civil, sendo que só é possível se o Estado assim permitir, dando razões para as pessoas se envolverem. Tal como Diamond e Morlino (2004), que afirmam que em democracia, o Estado tem que conceder aos seus cidadãos formas de participação política, conseguindo assim influenciar no processo de decisões através de voto, protestos, organizações e “*lobbys*”. Segundo os mesmos a participação dos cidadãos eleva a qualidade democrática, não apenas pelo voto, mas também nas actividades com os partidos políticos e nas organizações da Sociedade Civil. Tem que existir assim, por parte do Estado, a promoção de debates acerca das políticas públicas, o contacto com os representantes e o envolvimento directo com questões públicas a nível local. Os participantes destacam mesmo a importância da “confluência” entre o Estado e a Sociedade Civil, devendo existir um elo de ligação entre ambos. As causas sociais, as organizações, os grupos de interesses tem necessidade de se envolverem com o Estado para poder levar a cabo os seus objectivos. No entanto, também, as organizações da Sociedade Civil facilitam uma cidadania mais

consciente e mais bem informada, que faz melhores escolhas eleitorais, participa na política e assegura, como resultado, que o governo seja mais responsável. John Hall (1995), realça essa relevância de existir entendimento entre ambos os lados, é necessário haver um acordo entre as dispostas para um melhor futuro da comunidade. Contudo, existe diversa literatura que justifica essa importância da relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Para Linz e Stepan (1996), a Sociedade Civil tem como função regular o poder do Estado no processo de consolidação democrática, porque quanto mais activa, pluralista, informada, institucionalizada e democratizada é a Sociedade Civil, mais facilmente poderão se equilibrar as tensões em relação ao Estado e é mais provável que a democracia emergja e resista. Para os mesmo autores, o Estado e a Sociedade Civil devem trabalhar em conjunto para resolverem possíveis conflitos. Tusalem (2007), afirma que a Sociedade Civil desempenha um papel relevante na democracia, possibilitando um aumento das liberdades políticas e sociais, pressionando para um melhor desempenho do Estado.

Os participantes mencionam ainda que é importante participar e que as decisões devem ser participadas. No entanto deve haver uma responsabilização por parte do Estado da decisões tomadas. Para diversos autores (Anheier, 2004; Howell & Pearce, 2001; Tusalem, 2007) cabe Sociedade Civil a promoção da responsabilização (Accountability) do Estado que deve regularmente esclarecer as suas decisões.

A capacitação dos membros da Sociedade Civil para a participação também foi abordado na discussão desta questão, tem que haver uma promoção da educação das pessoas para a participação, havendo um conhecimento acerca da importancia da participação. Magalhães (2004) afirma que em Portugal existe pouca de informação política por parte dos portugueses. Ellen Quintelier (2008), destaca que a educação cívica (ou formação cívica)⁹, tem por objetivo direto a transmissão de conhecimentos políticos aos jovens, o que está diretamente ligado com a chamada “Escola Democrática”. A mesma realça que a escola deve incentivar os alunos a participarem na política, criando uma política escolar participativa. A autora defende que o conhecimento político é fundamental para o indivíduo adquirir uma maior consciência e

⁹ “espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes, com recurso nomeadamente ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação individual e coletiva na vida da turma, da escola e da comunidade”. (Dec. Lei n.º6/2001, capítulo II, artigo 5º, ponto 3 c).

orientação dos assuntos ligados à política, assim como o compromisso com esses. William Galston, (2001) sugere que o conhecimento político facilita os cidadãos a compreender os seus interesses como indivíduos e como membros de um grupo.

4.6. Qual devia ser o papel da Sociedade Civil no desenvolvimento/promoção da discussão de políticas e formação de opinião pública a nível local (?)

Na questão anterior analisamos a perspetiva dos participantes em relação a participação da Sociedade Civil no presente. Agora pretendemos perceber quais são perspetivas em relação ao futuro do papel que a Sociedade Civil deve desempenhar.

Foram apresentados os seguintes tópicos:

- Quais devem ser as suas funções;
- Modelos de organização (exemplos);
- Actividades que devem realizar (exemplos);
- Que impacto devem ter;
- Onde se devem encontrar (físico/virtual);
- Resultados esperados.

Foram ainda apresentadas as opiniões retiradas através das entrevistas feitas (Quadro 4).

Pergunta 4: Qual é o papel (<i>como devia funcionar</i>) da Sociedade Civil (<i>dos cidadãos, a título individual ou organizados</i>) no desenvolvimento/promoção da discussão de políticas e formação de opinião pública a nível local?	
Funções	<p>(P1) “promover o debate, de aplicar as ideias, mas também por outro lado de verificar e estar atento ao que o poder político faz, com o dinheiro dos contribuintes e com o voto que receberam das pessoas. (...) fiscalizem o que é feito, tanto para o bem como para o mal, tanto para criticar como para elogiar”</p> <p>(P2) “Deve fazer um acompanhamento constante...”</p> <p>(P3) “Procurar motivações, as suas motivações, os seus focos porque existem vários, procurar opinar, dar sugestões, mas além disso procurar fazer junto, procurar operacionalizar...”</p> <p>(P4) “Ou temos uma função de moderadores, está a ser tomada uma decisão e nós não concordamos, então como podemos fazer para alterar ou mudar ou melhorar, mas também podemos propor (...) conseguir incentivar, se vamos dar ideias para, se vamos realmente realizar, propor, operacionalizar, temos estas funções todas...”</p>

	<p>(P6) “Deve funcionar como intermediário entre poder político e os cidadãos (...) um palco de formação da opinião pública...”</p> <p>(P7) “Nós temos que ter certas funções dentro daquilo e de acordo com o que queremos atingir, nós temos que pensar naquilo que será uma postura interventiva, participativa e colaborativa em que se consigam realmente operacionalizar aquilo que são os nossos objetivos...”</p> <p>(P8) “facilitador, mais do que tudo, mas também de abertura, acompanhamento, operacionalizar, avaliar, elogiar e agradecer (...) temos que ter consciência que temos muito mais poder do que aquele que pensamos ou que nos levam a crer pensar, quando no unirmos, quando nos associamos uns com os outros e temos uma causa, uma ideia, uma necessidade para colmatarem, nós temos todo o poder...”</p>
Modelo de Organização	<p>(P3) “Modelos mais flexíveis, mais orgânicos, modelos híbridos, por exemplo, eles agora têm a necessidade de se formarem como associação para poderem passar esses processos burocráticos e conseguir apoio de ali e daqui...”</p> <p>(P4) “Tem muito haver com as funções essas funções tem haver com as atividades...”</p> <p>(P7) “Os modelos podem variar muito, em relação ao cicloaveiro, nós neste momento somos um grupo informal nem sabe se dentro de 3 meses não seremos realmente uma associação, portanto essa questão dos modelos também vai sendo discutível porque realmente tem haver com o próprio crescimento daquilo que é o grupo e daquilo que vai crescendo...”</p> <p>(P8) “Há muitos modelos de organização, há formais e os informais, há modelos de excelência, deveriam ser esses, depois ficamos a inventar porque temos muitos objetivos particulares para colmatar. Há um modelo que é corporativismo que está bem definido, que define regras, que a partida toda a gente sabe como funcionam, que temos colaborem, que todos beneficiem...”</p>
Espaço Físico vs Espaço Virtual	<p>(P3) “Eu acho que as plataformas virtuais são super importantes, estamos na era do virtual, acho que as causas locais estão ligadas as causas globais (...) O físico as vezes é importante, porque você se sente forte, as vezes estamos a lutar por uma causa com 5 ou 6 pessoas no seu grupinho, depois você vai para um encontro presencial e vê que existe muitas outras pessoas pensado da mesma forma e é super importante...”</p> <p>(P4) “Se é num espaço físico ou num espaço virtual, no nosso caso (CiclAveiro nós encontramos-nos quinzenalmente num espaço físico, mas entre esse espaço físico, todos os dias encontramos-nos no espaço virtual (...) O Espaço virtual funciona, mas o físico, os encontros presenciais ainda são mais, acho que marcam mais, nesse espaço tomam-se decisões que num espaço virtual não se consegue...”</p> <p>(P7) “O virtual é muito importante, no entanto pode desvirtuar muito daquilo que é feito, ou seja, nós muitas das vezes prendemos a atrás do nosso computador aquilo que nos tapa e acabamos por dizer coisas que depois não temos coragem para as assumir (...) Claro que é uma ferramenta fantástica, se a conseguirmos utilizar bem, se nós promovermos o uso em excesso de divulgação, de informação, nós podemos estar até estar a desvalorizar outras coisas, portanto eu acho que tem que haver contrapeso e medida daquilo que é o físico e o virtual...”</p> <p>(P8) “O mundo virtual é uma ferramenta, as ferramentas são para as usar, abrevia tudo, acelera tudo, operacionaliza, mas cara a cara, olhos nos olhos, a confiança nas pessoas vai na medida do espaço físico criar essas oportunidades...”</p>

<p>Sociedade Civil Vs Estado</p>	<p>(P1) “Devem promover entre si e fazer pressão em quem tem o poder político, a verdadeira responsabilidade, para que se compreenda a causa, que se verifique se é ou não vantajosa e que a subescreva, que a faça crescer de uma alguma maneira...”</p> <p>(P4) “Há os grupos políticos que são eles, depois há os grupos da sociedade que somos nós e depois aqui um confronto continuo, e eu não penso assim, eu acho que os grupos da Sociedade Civil podem apoiar, podem colaborar, podem trabalhar em conjunto com aqueles que realmente foram eleitos para decidir (...) Agora nós como grupos da Sociedade Civil temos as nossas convicções podemos pressionar, podemos propor aquilo que acreditamos para depois quem for eleito poder decidir perante algo em alguns casos, há outro casos em que a sociedade civil não precisa do poder político para fazer iniciativas...”</p> <p>(P6) “Considero que encontrasse no poder político a tarefa de promover a discussão de políticas públicas, o que não invalida que surjam iniciativas da Sociedade Civil, mas estas devem preferencialmente ter consequência o que implica ligação ao poder local...”</p>
<p>Impacto</p>	<p>(P1) “O impacto seria que essa causa tivesse o apoio de quem realmente tem a responsabilidade de agir em sociedade e quem devemos pedir satisfações...”</p> <p>(P2) “O Impacto que a Sociedade Civil deve ter é aquele que eles mais desejam, sendo que deve haver sempre esta confluência e esta plataforma de ideias, acho extremamente importante haver uma plataforma e das ideias correr e circularem de um lado para o outro...”</p> <p>(P3) “O impacto e o resultado, seriam um processo de participação mais descentralizado, formas de organização mais horizontais, que todos possam pensar e serem motivados pelo bem comum...”</p> <p>(P4) “O impacto que deve ter deve ser sempre para acrescentar valor a sociedade, acrescentar valor, melhorar alguma coisa, o impacto tem que ser sempre positivo...”</p> <p>(P7) “O impacto nós podemos ter duas versões, um impacto positivo a partir do momento em que temos resultados, mas podemos pensar num impacto em que possa denunciar algo e no funco parece uma coisa negativa, mas que depois vai inverter, pegamos no caso da rua da pega que tem sempre carros estacionadas na ciclo via, estamos a pegar numa coisa que é negativa, para tentar obter um resultado positivo...”</p> <p>(P8) “O impacto que devem ter? As pessoas têm muito mais poder do que aquele que lhes contem, quando nos associamos é como unir um pacote de esparguete um a um todos partem, juntos ninguém parte...”</p>
<p>Obstáculos</p>	<p>(P1) “Mas a verdade é que a escola tem muita pouca abertura para isto e rejeitam a nossa entrada só porque a carta é endereçada pela JSD e fosse lá o Tiago e dissesse que o Tiago Filipe Santos tem uma ideia se calhar até abriam a porta. O que não é legitimo, não deve ser assim, estes grupos apesar de estarem ligados a entidades partidárias e políticas, também são Sociedade Civil...”</p> <p>(P2) “Um problema que acontece é que essas organizações as vezes pelas suas causas elas se fecham muito (...) E as organizações tem que ser capazes de conversar com essas pessoas também e não se fecharem com elas próprias, em opiniões padronizadas, que acabam caindo no ego do mesmo processo participativo estatucional e burocrático, que é o Estado...”</p> <p>(P8) “O facilitismo com que se abre associações é todo maneiras de facilitar e que não concordo, se já</p>

	temos modelos bem definidos, tudo que surge e não são esses modelos, poderiam ser aproveitados é estar a inventar a roda e terem outras razões, a que aproveitar o que está bem feito e bem definido, que é claro e transparente...”
--	--

Quadro 8 – Análise do *Focus Group* (Continuação)

Os participantes iniciam a discussão desta questão descrevendo um conjunto de funções, funções da Sociedade Civil, entre elas, como sendo um moderador do Estado e o elo de ligação entre este e os cidadãos. Procurando fiscalizar o desempenho das entidades competentes com um acompanhamento constante, dando soluções, sugestões, trabalhando de forma coletiva, organizados, na construção da opinião pública. A Sociedade Civil é “um lugar de formação da vontade coletiva e de representação dos cidadãos: as organizações da Sociedade Civil desempenham um papel importante de "intermediários" entre o indivíduo e o Estado. O discurso democrático seria impossível sem a sua mediação”¹⁰. Lipset (1969) introduz essa função das organizações da Sociedade Civil, de evitar que o Estado use todos os recursos políticos, as organizações constituem fontes de opiniões e de comunicação de ideias, que reflete assim num aumento da participação e do interesse político. Robert Putnam (2000), enumera um conjunto de efeitos da Sociedade Civil na comunidade política e sobre os participantes, efeitos na comunidade política: 1) possibilidade de expressão face ao governo de interesses e exigências dos indivíduos; 2) proteção de abusos de poder por parte de líderes Políticos; 3) fluxo e discussão de informação política. Efeitos nos participantes: 1) inculcação de hábitos de cooperação e consciência pública; 2) fonte de aprendizagem de aptidões sociais e cívicas: coordenação de trabalhos, organização de projetos e reuniões; debates com civilidade; 3) fóruns de deliberação refletida sobre questões públicas; 4) aprendizagem de virtudes cívicas, tais como participação ativa na vida pública, fiabilidade e sentimento de reciprocidade.

A importância da colaboração entre a Sociedade Civil e o Estado foi mais uma vez destacado, devendo haver uma pressão por parte da mesma sobre as entidades competentes, procurar participar na discussão de políticas públicas e trabalhar com as entidades políticas. O Livro Branco¹¹ sobre a Governança, realça a importância da necessidade de envolver a Sociedade Civil na tomada de decisões, uma vez que esta expressa as preocupações dos cidadãos “e proporciona serviços que vêm ao encontro das suas necessidades”. Vejamos que a Sociedade Civil inclui “sindicatos e

¹⁰ "O papel e o contributo da sociedade civil organizada na construção europeia", JO C 329 de 17.11.99, p. 30

organizações de empregadores; organizações não governamentais; associações profissionais; organizações caritativas; organizações de base; organizações que promovem a participação dos cidadãos na vida local e municipal, contando com uma contribuição especial das igrejas e comunidades religiosas”¹². Dentro deste contexto é pertinente sublinhar a preocupação da Comissão Europeia em alargar a participação dos cidadãos desde a conceção à implementação das políticas, porque esse envolvimento vai possibilitar um aumento da confiança no resultado e, também, nas instituições que produzem as políticas¹³. A Comissão propõe uma maior transparência da participação dos atores envolvidos e o necessário envolvimento das instituições regionais e locais na elaboração das políticas, na maior flexibilidade quanto às identidades regionais e, por fim, a coerência geral da política e a intensificação da participação da Sociedade Civil.

Relativamente aos modelos de organização, os participantes afirmam que está dependente das funções e atividades que realizam e o crescimento que estão sujeitos. Interessa, portanto, distinguir os vários modelos de organização existentes na medida em que as relações com as instituições podem variar de acordo com a categorização adotada. Almond (et al 2008) sugere que as organizações que compõem a Sociedade Civil podem ser divididas em quatro grupos gerais: o anómico (falta de organização), não associativo, institucional e associativo. Os grupos de interesse anómico são desorganizados, formam-se espontaneamente para responder a um descontentamento generalizado e não dispõem de canais de manifestação habituais. Os grupos de interesse não associativo baseiam-se em interesses comuns ligados à raça, religião, idioma, etc. e possuem uma estrutura pouco organizada. Os grupos de interesse institucional têm funções políticas ou sociais e detêm uma organização formal cuja estrutura é complexa. Finalmente, os grupos de interesse associativo formam-se com o objetivo de representar os interesses de um grupo de indivíduos em particular, empregar indivíduos a tempo inteiro e utilização de procedimentos sistemáticos para a formulação dos interesses e das solicitações. Os grupos associativos subdividem-se em três subcategorias: promocionais, funcionais e movimentos sociais. Os grupos associativos promocionais promovem causas, princípios e valores considerados globais e distinguem-se dos grupos funcionais pelo facto de não visarem os interesses operacionais de uma sociedade ou

¹¹ CCE. 2001. Governança Europeia Livro Branco. COM (2001) 428 final. CCE: Bruxelles, p.16

¹² "O papel e o contributo da sociedade civil organizada na construção europeia", JO C 329 de 17.11.99, p. 30

¹³ CCE. 2001. Governança Europeia Livro Branco. COM (2001) 428 final. CCE: Bruxelles, p.12

grupo (como é o caso das ordens e dos sindicatos); e dos movimentos sociais, por não se tratar de um comportamento coletivo livre, baseado em questões específicas.

O espaço onde se relaciona os indivíduos da Sociedade Civil, também foi debatido. Como vimos anteriormente Carlos Mota, descreve esses espaços, como locais onde os atores “expressam as suas motivações, organizam e dispõem os seus meios, tendo uma enorme importância para o seu crescimento e desenvolvimento” (2013). Os participantes sem descorar o espaço físico, que destacam como sendo o mais importante, realçam também a utilização do espaço virtual como uma ferramenta. As novas tecnologias são colaboradoras, imediatas, envolventes e são uma forma de os cidadãos se tornarem mais ativos. Bruce Bimber (2003), abordando a introdução de novas tecnologias no processo informativo, lançou as primeiras pistas sobre a especificidade da internet enquanto fonte de informação política. O autor concluir que se a informação via net é mais acessível e abundante então o cidadão estará mais disposto a envolver-se ativamente com a política. Por outro lado, o autor parte do pressuposto que informar-se é um processo que envolve constrangimentos, nomeadamente, de tempo, custo e capacidade de seleção de notícias. Ora, a capacidade da internet em superar estas limitações, próprias dos meios tradicionais, faz com que custe menos ao cidadão informar-se. Estar informado é assim uma virtude e um aspeto facilitador do envolvimento político. Autores como Carpini e Keeter (2002) entendem que um cidadão informado é um “melhor” cidadão e por várias razões: os cidadãos informados tendem a ter uma opinião formada sobre a atualidade, mantendo-a estável e ideologicamente consistente ao longo do tempo. São também mais resistentes à desinformação, mudando de opinião apenas quando estão perante informação nova e relevante.

O “*e-government*” e a “*e-democracia*” (La Coste, 2003) são a utilização, por parte de organismos públicos, das tecnologias da informação e da comunicação, tais como redes locais de computador, internet e computação móvel, que transformam as relações das entidades políticas com os cidadãos. Aumentam a informação e a sua qualidade, aumenta a transparência, reduzindo os custos, levando a menor corrupção e maior comodidade e crescimento das receitas (Santos & Amaral, 2002).

O impacto das ações da Sociedade Civil pode ter dois lados, “a Sociedade Civil pode funcionar para o bem e para o mal” (Bermeo, 2003). Os participantes destacam os

impactos existentes, o lado bom porque pode procurar melhorar, acrescentando sempre algo positivo, motivando os cidadãos para o bem comum. Contudo, acaba por explorar o que está errado, sendo o lado mais negativo, mas que acaba por levar a que se procure responsabilizar quem deve ser responsabilizado e na procura de soluções.

No entanto, a Sociedade Civil acaba sempre por enfrentar obstáculos seja pelas impostas por as entidades competentes, pelas instituições existentes ou mesmo pela forma como se relaciona e organiza, revelam os participantes.

Capítulo 5 – Conclusões

5.1. Síntese

A participação dos cidadãos da discussão vida coletiva é uma ferramenta para compreender quais são as necessidades, aspirações e visões diferentes que existem. É um instrumento que permite os cidadãos interagirem com o Estado. A participação é um direito e um dever numa sociedade democrática, que aproxima os cidadãos das entidades competentes. A democracia é a força do povo, o governo do povo, e este deveria estar associado com a maior proximidade possível aos processos da tomada das decisões que lhe dizem respeito.

Essa participação muitas vezes promovida pelas organizações sociais mais participativas, e portadoras de aspirações democráticas e comunitárias, a cooperação da Sociedade Civil com o Estado assume um carácter de importância no desenvolvimento de decisões mais participadas. Sendo que os cidadãos são os detentores do conhecimento das necessidades existentes, as entidades competentes devem criar condições para que exista um acompanhamento por parte dos mesmos.

A natureza destas relações tende a sofrer alterações. No entanto, a investigação sobre a relação entre o Estado e a Sociedade Civil encontra-se ainda numa fase bastante inicial, particularmente no caso de Aveiro. Neste trabalho, procurámos analisar indicadores que nos permitissem compreender à natureza dessa relação. Na realidade, a natureza das relações entre o Estado e a Sociedade Civil tem sido amplamente subestimada, mesmo na investigação sobre qualidade da democracia.

Tendo em conta que a relação entre os cidadãos e o Estado pode ser medida através de uma grande variedade de indicadores, esta investigação analisa o papel da Sociedade Civil na discussão da vida coletiva a escala local e se funciona como um intermediário de aproximação do cidadão com o Estado.

5.2. Conclusões principais

Com esta investigação procurou-se aprofundar o conhecimento sobre o papel da Sociedade Civil na discussão vida coletiva a escala local e como esta participa. Numa primeira fase foi feita uma pesquisa para perceber o conceito de participação e de Sociedade Civil. Numa segunda fase, foram feitas entrevistas um grupo de cidadãos de

Aveiro acerca do tema em questão e promoveu-se a discussão do tema num *Focus Group*, constituído também com cidadãos residentes em Aveiro demonstraram conhecimento em relação ao assunto investigado.

Analizados os dados obtidos, apresentam-se agora as principais conclusões decorrentes destes estudos, de forma a responder às questões de investigação inicialmente elaboradas.

5.2.1. As autarquias e os governos locais promovem a participação na discussão da vida coletiva à escala local.

Em relação a esta primeira questão, procurou-se saber se as entidades competentes criam as condições necessárias para a participação dos cidadãos no processo de decisão. Ao longo da investigação foram encontrados diversos palcos, instrumentos e mecanismos de participação como por exemplo: Reuniões de Câmara; Assembleias Municipais; Orçamento Participativo; debate público sobre Instrumentos de Gestão Territorial (IGT); Organismos de Gestão Local; entre outros. As autarquias dispõem, nos nossos dias, de recursos suficientes para conseguirem meios de comunicação eficazes com os cidadãos. Foi reconhecida que a participação é um direito e um dever que pertence aos cidadãos numa sociedade democrática. No entanto, por um lado, a quem acredite que a participação não é fomenta e credibiliza e mesmo as condições existentes são inadequadas que faz com que as pessoas não se sintam verdadeiramente atraídas para a participação. Existe um bloqueio entre quem decide e entre quem quer participar, tem que haver um meio das opiniões serem tidas em consideração, e não apenas existir instrumentos de informação e de consulta. Pode-se concluir que através das intervenções, de que as entidades políticas em Aveiro, com os dispositivos próprios de que dispõe, consegue, somente, como materializar um papel simbólico de participação dos cidadãos em sintonia com os parâmetros da escada de participação dos cidadãos, de Arnstein (1969).

Por outro lado, é apresentado outra realidade mesmo que as entidades políticas não criem condições ou as melhores condições, a participação não está só dependente dos poderes políticos, cabe sim, aos cidadãos organizarem-se e criarem alternativas para participar, os canais não são só aqueles criados pelas entidades políticas responsáveis. Quando necessário a Sociedade Civil cria essas alternativas e os movimentos cívicos devem também promover a importância da participação.

A capacitação de todos e todas, especialmente das entidades políticas, como agentes privilegiados na mudança assume-se como uma realidade, destacada nas intervenções. Também é visto como fator importante dar voz aos cidadãos e que estes se devem juntar para tal. Mas acima de tudo devesse criar espaços físico de proximidade, equidade e transparência porque a participação continua a ser o instrumento privilegiado para construir decisões mais democráticas, equitativas e justas.

5.2.2. Em cenários de ausência de promoção de participação os cidadãos mobilizam-se

Nesta questão procurou-se perceber as reações dos cidadãos relativamente a importância da participação e o que os leva a participar. Percebendo também se na ausência de mecanismos de participação existe uma reação por parte dos mesmos.

A participação pública é vista como um mecanismo importante de reunir dados, discutir melhorias e informar as pessoas ou grupos envolvidos para que juntos possam contruir melhores decisões.

A participação surge porque existe uma causa e uma motivação que leva a que as pessoas se juntem para procurar soluções e partilhar o poder de decisão com o Estado, não implica a decisão exata, mas sim a definição de parâmetros que conduzam à decisão.

No entanto, a participação pode ser meramente representativa, que existe dentro dos procedimentos democráticos, que consiste na delegação dos poderes ou então uma participação plena, direta e efetiva dos cidadãos no governo.

Segundo Dahl (1966) o indivíduo tem diferentes graus de interesse na política, alguns são indiferentes e outros envolvem-se mais profundamente. Nesta perspetiva, Eva Andaluza e Agusti Bosch (2004) consideram a participação dos cidadãos como fundamentais num sistema político democrático, cada um deles com experiência diferente na sua relação com a política uns não participação; outros participam esporadicamente e a quem dedique grande parte do seu tempo à participação. Um sistema político deve assegurar ou pelo menos facilitar uma conexão entre as preferências dos cidadãos e as decisões que se tomam, e a participação é um mecanismo para incidir sobre as tomadas de decisões e que, por isso, está relacionada com o poder político e as condições que devem criar.

Vejamos, Manuel Meirinho Martins (2004), afirma que existem um conjunto de instrumentos que permitem a intervenção no processo político como: 1) Direito de Voto; 2) Associação; 3) Reunião; 4) Manifestação; 5) candidatura a cargos eletivos. O mesmo reforça que as formas de participação são entendidas como uma maneira dos cidadãos influenciarem as decisões políticas admitindo-se o recurso a ações não consentidas ou menos consensuais como: 1) Protestos, 2) Boicotes, 3) Manifestações, 4) Bloqueios de vias públicas; 5) Greves.

Com isto, pretendo evidenciar que os cidadãos conseguem criar alternativas a ausência da promoção da participação seja pelos canais consensuais ou não. Por exemplo, através da Sociedade Civil e dos movimentos sociais e as organizações não-governamentais conseguem lutar pela resolução de problemas existentes e colmatar as falhas do estado, esta vertente da participação cívica, nos mecanismos que não são aqueles que a democracia coloca a nossa disposição, é uma participação que depende dos cidadãos, ou seja depende das dinâmicas que a sociedade cria fora dos círculos de poder. Como salienta Melucci (1995), um traço marcante desta forma de ação coletiva é o seu desenvolvimento em espaços públicos independentes de instituições políticas, onde as práticas sociais são expostas de modo autónomo das organizações políticas. As ONG'S e os movimentos sociais e cívicos são meios de integração de indivíduos na vida local, e de grupos de cidadãos simplesmente preocupados com o estado da sociedade atual e que, relativamente ao distanciamento, que acaba por existir, ao poder local, recorrem a estas instituições para fazer ouvir a sua voz. Com isto quer se dizer, que estas organizações assumem um papel de intervenção política por parte daqueles que se sentem desfasados do poder instaurado. Uma alternativa dos grupos lutarem e afirmarem a sua identidade é através da criação de organizações e de associações, permitindo, assim, a criação de políticas de desenvolvimento, que se revelam na possibilidade de construir processos de solidariedade, sendo a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia, da cidadania e como consequência uma participação mais ativa.

A democracia participativa só pode ser realizada através da participação ativa e contínua de grandes sectores da população no processo político, a democracia comunitária integra os cidadãos no controlo das condições que governam as suas vidas, na deliberação e na implementação das políticas (Arnstein, 1969 e Pateman, 1970).

5.2.3. Quando os poderes locais e os cidadãos não estão em consenso, surgem organizações que procuram promover formas de participação mais organizadas

Nesta investigação foi estudada a ligação entre os cidadãos e as entidades competentes, como intermediário surge a Sociedade Civil. É importante destacar o seu papel, as suas funções e o impacto no presente, mas também fazer uma análise e uma perspetiva em relação ao futuro da mesma.

A Sociedade Civil surge como uma forma de juntar as pessoas, de promover a coesão social, promovendo cidadãos mais consciente e mais informados, que fazem melhores escolhas eleitorais, aumentando a participação política, e assegura assim, como resultado, que o governo seja mais responsável (*Accountability*). No entanto o seu papel não se restringe ao nível político, estando também presente na área cultural e social das comunidades onde está inserido. Contudo, é um instrumento privilegiado de cooperação entre os decisores e as populações.

A Sociedade Civil, caracteriza-se por várias formas de pluralismo e associativismo, tais como as instituições culturais, clubes, associações de vizinhos, organizações e, especialmente, os partidos (Cohen & Arato, 1994). É através destas formas de se organizarem que os cidadãos se relacionam e juntos tentam alcançar os seus objectivos. Para a realização do Focus Group tivemos a colaboração de pessoas ligadas a movimentos da Sociedade Civil como a Ciclaveiro¹⁴ e Aveiro em Transição¹⁵. Mas, em Aveiro não se esgota nestas opções, existem diversos movimentos como por exemplo: VivaCidade¹⁶, Vivó Bairro¹⁷, Associação Convivência¹⁸, Florinhas do

¹⁴ “Trabalhamos em projetos que valorizam a proximidade com a comunidade, no sentido de criar e melhorar as condições para que a utilização da bicicleta nas nossas ruas seja mais fácil, segura e cada vez mais comum.” Fonte: ciclaveiro.pt/-ciclaveiro/

¹⁵ “Aveiro em Transição é a resposta de uma rede de cidadãos e projetos empenhados em construir uma Comunidade mais Resiliente, Solidária e Feliz, dotada de aptidões para fazer face à dependência do petróleo, alterações climáticas, instabilidade económica, soberania alimentar e desafios locais. Acreditamos que todos juntos e, de uma forma divertida, conseguimos criar um futuro mais sustentável, com base no movimento Transition Towns.” Fonte: aveiroemtransicao.wordpress.com

¹⁶ “Pretende-se mobilizar e capacitar a comunidade através do desenvolvimento de processos participativos e de criação coletiva que resultem em intervenções urbanas temporárias em vazios urbanos.” Fonte: vivacidadeaveiro.wordpress.com/

Vouga¹⁹, entre outros. Estes movimentos surgem porque detetam algumas necessidades, necessidades essas que nem sempre o poder político consegue satisfazer, também as entidades competentes nem sempre têm a obrigação de as confrontar. Quando necessário através reuniões informativas, tertúlias, espaços de discussão, promoção de atividades conseguem dar resposta aos problemas encontrados. Contudo não só espaços físicos são importantes, como o espaço virtual assume um papel cada vez mais relevante na participação dos cidadãos.

O que importa aqui reter, através das intervenções e da literatura existem, é que quando os cidadãos se juntam, e pensam de forma coletiva e não individualmente conseguem criar os palcos, os porquês, os meios e as motivações para dar voz as suas vontades.

A confluência entre o Estado e a Sociedade Civil é um assunto que vai ganhando maior importância, os grupos da Sociedade Civil devem apoiar, devem colaborar, devem trabalhar em conjunto com aqueles que realmente foram eleitos para decidir. Essa foi uma das maiores preocupações que se conseguiu retirar desta investigação tem que haver um elo de ligação entre os decisores e os cidadãos.

5.3. Considerações Finais

Os resultados obtidos confirmam que a participação é um fenómeno coletivo, sendo um direito e um dever existente numa sociedade democrática.

As entidades competentes criam condições para participação, mas essas têm que ser atrativas, têm que ver a participação como um meio de interagir com as populações. Cabe assim aos responsáveis políticos estimularem, divulgarem e informarem os cidadãos, lançando estratégias de clarificação relativa ao quando, como e onde se pode e

¹⁷ “Vivó Bairro é um projeto colaborativo construído por residentes, comerciantes e instituições de Aveiro, com o objetivo de promover o bairro histórico como um laboratório de ideias através da valorização do comércio local, o potencial científico, tecnológico e artístico da cidade.” Fonte: vivobairro.wixsite.com/aveiro

¹⁸ “A Associação Convivência tem colaborado nos últimos anos em várias iniciativas de inclusão social, chegando agora o momento de materializar toda a experiência adquirida, dando-lhe expressão através de programas educativos para divulgar, sensibilizar e promover ferramentas inclusivas.” Fonte: convivencia.pt

deve participar. Existe uma desconfiança por parte dos cidadãos em relação aos políticos e do poder que estes ocupam. Os mesmos observam uma falta de instrumentos jurídicos de controlo do exercício do poder, isto para contrariar o sentido único das orientações e atuações das políticas locais (Costa e Ribeiro, 1995). Tem que existir formas de partilha de informação e de consulta transparentes, com casos de ação popular, de referendo e de intervenção.

Por outro lado, a participação não está unicamente dependente das entidades competentes, os cidadãos podem se mobilizar, juntamente com a Sociedade Civil. É preciso educar os cidadãos para a participação e fomentar o seu interesse. Os movimentos da Sociedade Civil são uma maneira de educar e incentivar os cidadãos, mas também uma forma de os apoiar nas suas necessidades.

Percebeu-se que o papel esperado da Sociedade Civil é que funcione como um intermediário, que consiga um impacto positivo, melhorando os aspetos negativos existentes e mesmo com obstáculos encontrados consiga dar resposta.

5.4. Limitações e sugestões para futuras pesquisas

Após a realização do estudo e a análise dos resultados, verificou-se algumas limitações.

Relativamente à amostra, esta deveria ser constituída por um maior número de intervenientes, de forma a obter resultados mais rigorosos e coerentes.

Outra limitação deveu-se ao facto de a investigação ter sido restrita apenas a um local, pelo que se sugere que, futuramente, o estudo possa ser melhorado nesse aspeto e abranger um maior número de locais de uma determinada região, podendo ter-se uma noção mais aprofundada da realidade nessa mesma região, ou recorrer a algo mais abrangente e analisar duas regiões distintas verificando as diferenças entre ambas.

Outro aspeto que destaco, foi o facto de só ter sido investigado a relação Sociedade Civil e o Estado, procurou-se saber as perspetivas dos cidadãos em relação a este tema. Numa próxima investigação, era importante procurar saber a opinião das entidades competentes em relação a este tema. Estes resultados sugerem que a investigação futura

¹⁹ “A Instituição Diocesana Florinhas do Vouga responde à emergência de novos fenómenos sociais, atua para a inclusão social e promove os direitos fundamentais das Pessoas na Diocese de Aveiro.” Fonte: www.florinhasdovouga.pt

que se debruce sobre as relações entre Estado e a Sociedade Civil terá de incluir não apenas um aprofundamento das relações *bottom-up* aqui debatidas, mas também uma abordagem *bottom-down* que analise o impacto esperado pelas entidades competentes que a Sociedade Civil pode ter nos processos decisórios e nas atividades políticas. Por outro lado, a investigação futura deverá se dedicar à capacidade de acesso e influência direta ou indireta que a Sociedade Civil pode ter nas esferas decisórias. Estudos sobre estas relações podem ser cruciais para a compreensão dos processos decisórios, competição eleitoral e, mais importante, pode ser crucial para o debate acerca da qualidade da democracia em Portugal, na medida em que se centra em dois atores centrais do processo democrático.

Ainda em relação ao papel das entidades competentes, é importante mencionar o distanciamento da Câmara Municipal de Aveiro em relação a este trabalho, que se mostrou desinteressada em contribuir nesta investigação. Contactada via email ou por telefone, mesmo por via direta, no qual foi apresentada o tema em investigação, não foi possível obter qualquer informação por parte da mesma. Como estudante da cidade de Aveiro, devia haver um maior apoio em relação a este tipo de iniciativas.

Por fim, este estudo teve um maior número de inquiridos de nacionalidade portuguesa que, por norma, regem-se pela cultura de Portugal, levando a que os dados sejam mais ou menos padronizados. Desta forma, se o estudo abranger um maior número de pessoas de outras nacionalidades, obter-se-á resultados diferentes e interessantes para futuras comparações entre nacionalidades.

5.5. Recomendações

Após toda a pesquisa, investigação, reflexão e análise de resultados que este trabalho exigiu, não posso concluí-lo sem deixar alguns apontamentos que considero imprescindíveis para a resolução da problemática do tema investigado. Nesse sentido, sugiro quatro pontos fulcrais de maior intervenção: 1) Palcos de Intervenção; 2) *Feedback*; 3) Agenda e 4) Resultados.

Considero que urge a criação de palcos de discussão, onde a sociedade civil possa intervir, dando o seu *feedback* enquanto atores da sociedade. Estes palcos serão espaços de debate com condições para que os atores possam ser verdadeiramente ouvidos, criando assim oportunidades de diálogo, de interconhecimento e de interação (1). Não

basta serem criados os palcos que refiro no ponto anterior, é necessária uma promoção apelativa a esses espaços com uma maior abertura por parte das entidades competentes para a partilha das opiniões dos intervenientes. É necessária uma troca de *feedbacks*, proporcionada por uma intervenção cívica mais assertiva, melhorando assim a qualidade da discussão face aos problemas identificados (2). No âmbito das oportunidades de diálogo e de intervenção cívica, considero urgente a criação de uma agenda política acessível, detalhada e ordinária de forma a apelar à participação dos cidadãos. De outra forma não será possível a mobilização e envolvência dos diversos atores nos processos de decisão (3). A discussão entre os atores não se pode resumir ao levantamento e identificação de problemáticas como uma simples troca de opiniões, correndo o risco de serem vistas apenas como meras investidas de oposição. Considero que o caminho a tomar passa por envolver os atores de forma coletiva e participativa enquanto ferramentas na procura de resultados. Esta participação deve ser tida em conta como instrumentos de apoio ao processo decisivo e não enquanto entraves à própria ação governativa. Só desta forma considero viável uma participação de cariz voluntário, desprovido de interesses individuais e eficaz naquilo que é a busca pelas soluções para as problemáticas em discussão da vida coletiva à escala local (4).

Bibliografia

- Almond, G. A., Powell, G. B., Dalton, R. J., & Strøm, K. (2008). *Comparative Politics Today: A World View, 9th Edition*. San Diego: University of California.
- Almond, G., & Powell, G. (1978). *Comparative Politics – System, Process and Policy (2ª Edição)*. USA: Little, Brown and Company (INC.).
- Almond, G., & Verba, S. (1965). *The Civic Culture; Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston, MA: Little, Brown.
- Alves, S. C. (2001). *Planeamento colaborativo em contextos de regeneração urbana (Tese de Mestrado – FEUP)*. Porto: FEUP.
- André, P., Enserink, B., Connor, D., & Croal, P. (2006). *Public Participation International Best Practice Principles. Special Publication Series No. 4*. Fargo, USA: International Association for Impact Assessment.
- Anduiza, E., & Bosch, A. (2004). *Comportamiento Político y Electoral*. Barcelona: Ariel.
- Anheier, H. K. (2004). *Civil Society: Measurement, Evaluation, Policy*. Londres: Earthscan.
- Aristóteles. (1998). *Política*. Lisboa: Editorial Vega.
- Arnstein, S. R. (1969). "A Ladder of Citizen Participation". *American Planning Association*, 216-224.
- Avritzer, L. (2010). *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Cortez.
- Barbalet, J. M. (1989). *A Cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Barnes, S. H., & Kaase, M. e. (1979). *Political Action: mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills-London: Sage.
- Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.

- Bermeo, N. (2003). *Ordinary people in extraordinary times: the citizenry and the breakdown of democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bimber, B. (2003). *Information and American Democracy: Technology in the Evolution of Political Power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bloor, M., Frankland, J., Thomas, M., & Robson, K. (2001). *Focus Groups in social research*. London: Sage.
- Bobbio, N. (1989). “*Sociedade Civil*”, Romano, R. (coord.), *Enciclopédia Einaudi - Volume 14: Estado-Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Bogaards, M. (2007). “Electoral Systems, Party Systems and Ethnicity in Africa”. Em Basedau, Erdmann, & Mehler, *Votes, Money and Violence: Political Parties and Elections in Sub-Saharan Africa* (pp. 168-193). University of KwaZulu-Natal Press.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2013). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Borba, J., & Ribeiro, E. A. (2011). Participação convencional e não convencional na América Latina. Em: Baquero, Marcelo (Org.). *Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXII na América Latina*. Em M. (. Baquero, *Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXII na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS.
- Borja, J. (2003). *La Ciudad Conquistada*. Madrid: Alianza Editorial.
- Cabannes, Y. (2004). O que é o Orçamento Participativo (OP)? Em UN-Habitat, 72 *Perguntas frequentes sobre Orçamento Participativo* (p. 21). AH Editorial.
- Camphenoudt, L. V., & Quivy, R. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

- Carpini, M. X., & Keeter, S. (2002). The Internet and an Informed Citizenry. Em D. Anderso, & M. Cornfield, *The civic web* (pp. 129-153). Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- Clark, J. (2003). *Globalizing Civic Engagement: Civil Society and Transnational Action*. London: Earthscan Pub.
- Coelho, A. M. (1999). Reflexão sobre a Reforma da Administração Pública neste Fim de Século. Em *Reformar a Administração Pública Um Imperativo – Fórum 2000* (pp. 173-205). Lisboa: Iscsp-UTL.
- Coelho, S. (2008). *Participação Social e Associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção de Comércio Justo*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cohen, J. L., & Arato, A. (1992). *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MA, MIT Press.
- Corbin, J., & Strauss, A. (1990). Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. *Qualitative Sociology*, Vol. 13, No. 1.
- Costa, A., & Ribeiro, C. (1995). *O Poder Local em Portugal. Contributos para o seu conhecimento*. Porto: Editora ELCLA.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Edições Almedina, S.A.
- Crosby, B. C., & Bryson, J. M. (1993). *Leadership and the design and use of forums, arenas and courts*. *National Civic Review*, 82, 2, 108-115.
- Dahl, M. B. (1995). *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Venda Nova: Bertrand.
- Debus, M. (1989). *Methodological Review: A Handbook for Excellence in Focus Group Research*. Washington DC: Academy for Educational Development.
- Della Porta, D. (2003). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Denters, S., Coenen, F., & Klok, P.-J. (2004). *Participation, leadership and Urban sustainability (PLUS) : Dutch case summary*. Universiteit Twente: Faculty of Behavioural, Management and Social sciences.
- Denzin, K. N., & Lincoln, S. Y. (1998). *The Landscape of Qualitative Research: Theories and Issues*. SAGE Publications.
- Denzin, K. N., & Lincoln, S. Y. (2000). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage.
- Diamond, L., & Morlino, L. (2004). The Quality of Democracy: An Overview. *Journal of Democracy*, 20-31.
- Dias, N. (2008). Uma outra democracia é possível? As experiências de Orçamento Participativo. *e-cadernos ces [Online]*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Dias, N., & Allegretti, G. (Junho de 2009). Orçamentos Participativos em Portugal: Em busca de uma democracia de maior proximidade ou de uma racionalidade. *Cidades- Comunidades e Territórios*, nº 18 , pp. 59-78 .
- Edwards, M. (2011). *The Oxford Handbook of Civil Society*. Oxford University Press.
- Ehrenberg, J. (. (1999). *Civil society*. NY: New York University Press.
- Ehrlich, T. (2000). *Civic Responsibility and Higher Education*. USA: Greenwood Publishing Group.
- Etzioni-Halevy, E. (1993). *The Elite Connection: Problems and Potential of Western Democracy*. Polity Press.
- Fernandes, A. T. (2004). “*Democracia, Descentralização e Cidadania*”, in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*. Oeiras: Celta Editores.
- Ferreira, D. (2003). *Manual de Sociologia – Dos Clássicos à Sociedade da Informação*. 2º ed. São Paulo: Atlas.

- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Follett, M. P. (2007). Mary Parker Follett's Constructive Conflict: A "Psychological Foundation of Business Administration" for Innovative Global Enterprises. Em R. R. Gehani, & R. Gehani, *International Journal of Public Administration* (pp. 387-404).
- Fontana, A., & Frey, J. (2000). The Interview: from structured questions to negotiated text. Em N. Denzin & Y.S. Lincoln (orgs.), *Handbook of qualitative research* (pp. 645-672). London: Sage Publications Inc.
- Galego, C., & Gomes, A. A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o "focus group" como instrumentos de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 173-184.
- Galston, W. A. (2001). Political knowledge, political engagement, and civic education. *Annual Review Political Science & Politics* 4, 217-234.
- Genro, T., & Souza, U. d. (1997). *Orçamento participativo: A experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Gillion, D. (12 de Abril de 2007). Unconventional Political Participation has a New Face. Paper presented at the annual meeting of the Midwest Political Science Association.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine.
- Gomez, G. R., Florez, J. G., & Jiménez, E. G. (1996). *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- Gonçalves, M. (2000). *Cultura Científica e Participação Pública*. Oeiras: Celta.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Thousand Oaks, CA: Sage.

- Guerra, I. C. (2006). *Participação e Acção Colectiva: Interesses, Conflitos e Consensos*. Estoril: Príncípa Editora, Lda.
- Gurza Lavalle, A. (2011). *Após a participação: nota introdutória*. São Paulo: Lua Nova.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hague, R., Harrop, M., & Breslin, S. (1993). *Comparative Government and Politics: An Introduction (3rd edition)*. Basingstoke: MacMillan Press.
- Hall, J. A. (1995). *Civil Society: Theory, History, Comparison*. Cambridge: Polity Press.
- Harris, J. (2008). "Development of Civil Society" In Rhodes, R. A. W., Binder, S., e Rockman, B. A. (coord.), *The Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press.
- Heckhausen, J., & Heckhausen, H. (2008). *Motivation and Action*. New York: Cambridge University Press.
- Hobbes, T. (1998). *Leviathan*. Oxford: Oxford University Press.
- Howell, J., & Pearce, J. (2001). *Civil Society and Development: A Critical Exploration*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- Innes, J., & Booher, D. (2004). "Reframing Public Participation for the 21st Century". *Planning Theory & Practice*, Vol. 5, No. 4, (pp. 419-436). Routledge.
- Kemp, R. (1988). Planning, Public Hearings and the Politics of Discourse. Em J. Forester, *Critical Theory and Public Life* (pp. 177-200). Cambridge: MIT Press.
- Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2009). *Focus groups: A practical guide for applied research (4th Ed.)*. California: Sage.

- La Coste, P. (2003). *L'Hyper-République – Bâtir l'administration autour du citoyen*. Paris: La Documentation Française.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Linz, J., & Stepan, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation : southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Lipset, S. (1969). *Political Man*. Londres, Reino Unido: Heinemann Educational Books.
- Magalhães, P. (2004). Democratas, descontentes e desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político. Em A. Freire, M. C. Lobo, & P. Magalhães, *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002* (pp. 333-361). Lisboa: ICS.
- Martins, M. M. (2004). *Participação Política e Democracia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas.
- Maxwell, J. A. (1996). *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- McParland, J. L., & Flowers, P. (2012). Nine Lessons and recommendations from the conduct of focus group research in chronic pain samples. *British Journal of Health Psychology*, 17, 492-504.
- Medeiros, E. O., & Azevedo, M. d. (2008). Na cidade educativa, quem é o meu próximo? Em P. C. Pereira, *A Filosofia e a Cidade*. Porto: Campo dos Livros-Editores, S. A.
- Melucci, A. (1995). The New Social Movements Revisited: Reflections on a Sociological Misunderstanding. Em L. (. Maheu, *Social Movements and Social Classes – The Future of Collective Action* (pp. 107-119). Lisboa: CNE.
- Morgan, D. L. (1996). Focus group. *Annual Review Sociology*, 22, 129-152.

- Morgan, D. L. (1997). Focus group as qualitative research (2nd ed.). *Thousand Oaks, California: Sage.*
- Morgan, D. L. (1998). Planning focus group. *Thousand Oaks, California: Sage.*
- Mota, J. C. (2013). *Planeamento Do Território: Metodologias, Actores e Participação.* Universidade de Aveiro: Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território.
- Nussbaum, M. C. (1990). *Love's Knowledge: Essays on Philosophy and Literature* . USA: Oxford University Press.
- Oliveira Rocha, J. A. (1991). *Princípios das Gestão Pública.* Lisboa: Editorial Presença.
- Partidário, M. D., & Correia, F. N. (1 de Abril de 2004). European Planning Studies. *Polis—the Portuguese programme on urban environment: A contribution to the discussion on European Urban Policy*, pp. 409-423.
- Pasquino, G. (2011). *Nuevo Curso de Ciencia Política.* México DF: Fondo de Cultura Económica .
- Pateman, C. (1989). The Civic Culture: A Philosophic Critique. Em Almond, & Verba, *The Civic Culture.* California: Sage Publication.
- Pérez Díaz, V. (1993). *The Return of Civil Society.* Harvard: Harvard University Press.
- Petts, J. (2000). "Processos de Formação de Consensos na Gestão de Resíduos" in M. Gonçalves, *Cultura Científica e Participação Publica.* Oeiras: Celta Editora.
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American.* New York: Simon & Schuster.
- Quintelier, E. (2008). "The effect of schools on political participation: a multilevel logistic analysis". *Research Papers in Education* 1, 1-17.

- Rausch, M. J. (1998). Analyzing and reporting focus groups results. Em R. A. Krueger, *Analyzing and reporting focus group result* (pp. 94-95). Thousand Oaks, California: Sage.
- Santos, L. D., & Amaral, L. (2002). *O e-government local em Portugal: Estudo da presença das câmaras municipais na internet em 2002*. Lisboa: Gávea e Cadernos Inter.face do Grupo Algebrica.
- Schmitter, P. (1997). "Civil Society East and West", In Diamond, L., Plattner, M. F., Chu, Y., e Tien, H. (coord.), *Consolidating the Third Wave Democracies: Themes and Perspectives*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Seale, C. (1999). *The Quality of Qualitative Research*. London: Sage.
- Sousa Santos, B. d. (2003). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento.
- Stewart, D. W., Shamdasani, P. N., & Rook, D. W. (2007). *Focus groups: Theory and practice* (2nd ed.). Thousand Oaks, California: Sage.
- Tocqueville, A. d. (2008). *Da Democracia na América*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Touraine, A. (1996). *O que é a democracia*. Petrópolis: Vozes.
- Tusalem, R. F. (Junho de 2007). A Boon or a Bane? The Role of Civil Society in Third- and Fourth-Wave Democracies. *International Political Science Review* vol. 28, pp. 361-386.
- Vala, J. (1986). A Análise de conteúdo. Em A. Silva, & J. Pinto, *Metodologia das Ciências sociais* (pp. 507-535). Porto: Afrontamento.
- Veiga, M. (2000). Actividade autárquica e administração Pública face aos cidadãos. *Revista de Administração Democrática Poder Local* 135, 34-39.
- Verba, S., Nie, N. H., & Kim, J.-o. (1987). *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison*. University of Chicago Press.

- Verba, V., & Nie, N. H. (1972). *Participation in America: Political democracy and social equality*. New York: Harper and Row.
- Vieira, L. (2001). *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Recordo.
- Warren, M. (2001). *Democracy and association*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- White, G. (1994). Civil society, democratization and development(I): Clearing the analytical ground. *Democratization*, 1(2), pp. 375 - 390.

ANEXOS

Anexo 1 – Guião das entrevistas



Guião Entrevistas

Mestrado em Ciência Política

Daniel da Silva Yaguas
UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Introdução do Tema

Tema da tese:

- Como é que a Sociedade Civil participa na discussão da vida coletiva à escala local?

A democracia seduziu a maioria das sociedades contemporâneas, apresentando-se ora como o poder de todos (Aristóteles, 1998), ora como o ‘poder do povo, para o povo e pelo povo’. Quando pensamos em democracia, podemos sentir tentados a apontar como característica fundamental a escolha, porém, num espaço genuinamente democrático, precede à escolha a criação de um espaço de debate. Pretendo com este argumento por em evidência, que a escolha é tão elementar em democracia como o debate que a antecede, pelo que, como já podemos perceber, a democracia não se esgota a uma característica fundamental (Hague, et al., 1993; Touraine 1996).

A democracia é, com efeito, ‘o governo do povo, para o povo e pelo povo’, todavia, não se esgota neste postulado. Em democracia coexistem, numa relação simbiótica, (1) o debate, que consequentemente leva a uma escolha; (2) a proteção de direitos, liberdades e garantias, de modo a que a democracia não se converta na ditadura da maioria (Touraine, 1996:24b); (3) a segurança, para que os cidadãos possam atingir a vida boa (Nussbaum, 1990), e para que não vivam com medo (Hobbes, 1998); (4) a accountability, este é um termo anglo-saxónico que presa pela responsividade e prestação de contas.

Teixeira Fernandes afirma que um regime político é tanto mais democrático quanto mais o poder se encontre distribuído ou difundido na sociedade: “a democracia é poder do povo partilhado entre o povo” (2004: 35). Ou seja, não é possível existir democracia sem participação direta do povo.

A representação dos cidadãos na gestão dos assuntos governamentais deve ser reforçada pela participação pública em todas as fases do processo político, sempre que tal for possível. A participação através da inclusão e capacitação dos cidadãos deve ser uma prioridade na tomada de decisão, implementação e acompanhamento. A noção de participação está intimamente ligada à noção de cidadania, isto é, a cidadania é entendida como a “participação dum indivíduo numa comunidade, à qualidade de ser membro dela” (Barbalet, 1989) ou o que Arendt (1973:298) designa por “ter direito a ter direitos”, isto é, o direito de cada cidadão de “fazer parte da humanidade”. Segundo José Carlos Mota, a cidadania “implica que existam direitos de cidadania, ou seja, que existam condições legais e institucionais que assegurem que um indivíduo possa participar ativamente, votar e expressar livremente a sua opinião, mas também

deveres de cidadania, que obrigam o cidadão a participar ativamente e a intervir.” (Mota, 2013, a).

Pretendo investigar e perceber como é que a sociedade participa na tomada de decisões públicas à escala local se por um lado existe condições para que realmente se possa participar ativamente na discussão da vida coletiva ou por outro lado, se a população (organizada e não organizada) demonstra interesse ou não em participar. Também é necessário e bastante importante procurar saber como a participação pode ser promovida e estimulada, quais são os requisitos e métodos necessários. O país precisa de um bom estudo nessa área, porque é necessário novas soluções ou novas formas de olhar para a participação, não é só por uma razão de maior transparência, mas também como forma de capacitar o cidadão individual e coletivamente organizado, para participar na discussão das decisões políticas locais.

É bastante importante contar com a participação da sociedade na condução, definição, validação, mobilização e alinhamento em torno das opções das políticas de governação. Pois a participação é “o envolvimento, a informação e a consulta do cidadão em atividades de um processo de tomada de decisão” (Clark, 2003).

A participação pública é necessária, tendo como objetivo reunir dados, discutir melhorias e informar as pessoas ou grupos envolvidos para que juntos possam decidir o que fazer, de modo que todos possam ser beneficiados. No entanto quando não existem condições ou possibilidades de participar, as pessoas tentam criar alternativas para que sejam ouvidas e mostrarem que estão disponíveis para participar na discussão da vida coletiva.

A participação pode ser vista como uma forma de melhorar o processo de decisão, um meio de aumentar a satisfação dos cidadãos e também como uma ferramenta para construir a visão coletiva das decisões.

No entanto continua a existir obstáculos quer por falta de espaços de debate, de partilha de ideias e de experiências quer por falta de iniciativa e de incentivo em participar. O facto de a participação não ser fomentada pelas entidades competentes e falta de informação disponível de como o fazer, acaba por originar um desinteresse por parte dos cidadãos.

Por exemplo, a nível local, numa cidade como Aveiro, como é que podemos satisfazer as necessidades e conhecer melhor a perspetiva de todos os cidadãos? São eles que vivem na cidade, são eles que conhecem melhor as suas necessidades e o que é preciso ser feito, no entanto a nível da participação e de intervenção os seus poderes são limitados. Os técnicos, as entidades competentes, as câmaras são quem planeiam e analisam o que é preciso ser feito e são os políticos que decidem as políticas, que tomam as decisões, não será uma cidade que é

pensada a partir das perspetivas de todos e todas muito melhor do que uma que baseada em decisões sem consenso sem bases democráticas?

O facto de seleccionar Aveiro e os seus cidadãos como objeto de estudo devesse a existência de iniciativas relacionadas com a participação, como projetos de participação dos cidadãos, associações e organizações (VIVACIDADE, Vivó Bairro, Participação das Comunidades no Planeamento da Cidade de Aveiro, CORDA, Ciclaveiro) uns diferentes dos outros, mas com semelhanças. Por outro lado, sendo Aveiro uma cidade Universitária, como diversos estudantes, professores, docentes e não docentes, a Universidade acaba por ser um meio de produção de conhecimentos, com visões e experiências diferentes do que é a participação. Mas também pode promover e sensibilizar a participação, sendo uma fonte de aprendizagem de como participar. Com isto, pretendo perceber em Aveiro como se participa e como se devia participar.

Objectivos:

- i. Se os cidadãos participam na tomada de decisões a nível local.
 - a. Como é que participam (com que motivação e de que forma/condições o fazem);
 - b. Quais são os meios que existem para participar;
 - c. Onde podem participar.
- ii. As entidades políticas competentes criam condições para a participação.
 - a. Quais são os instrumentos de promoção da Participação;
 - b. Quando se pode Participar;
 - c. Onde se pode Participar;
 - d. Como se pode Participar.
- iii. Se existem associações e organizações que promovam a participação.
 - a. Quais são as suas funções;
 - b. Onde as podemos encontrar;
 - c. Qual é o impacto que têm.

A presente entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Ciência Política, realizada pela Universidade de Aveiro.

O questionário é anónimo, não devendo por isso identificar-se nem assinar o mesmo. **Todas as respostas serão tratadas de forma confidencial e os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos.**

Não existem respostas certas ou erradas. Assim sendo, solicita-se que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões, tendo em consideração a sua experiência em relação ao tema apresentado.

Obrigado pela sua colaboração!

Perfil sociodemográfico:

Idade: _____ anos

Género: ☐ Masculino ☐ Feminino

Ocupação: _____

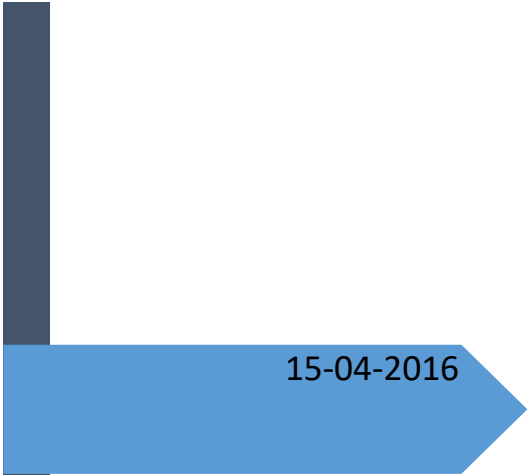
Pergunta 1 – O que é Participação?

Pergunta 2 – Pensa que as entidades políticas criam condições para a participação (?)

Pergunta 3 - A Sociedade Civil participa na discussão da vida coletiva a nível local (?)

Pergunta 4 - Qual devia ser o Papel da Sociedade Civil no desenvolvimento/promoção da discussão de políticas e formação de opinião pública a nível local (?)

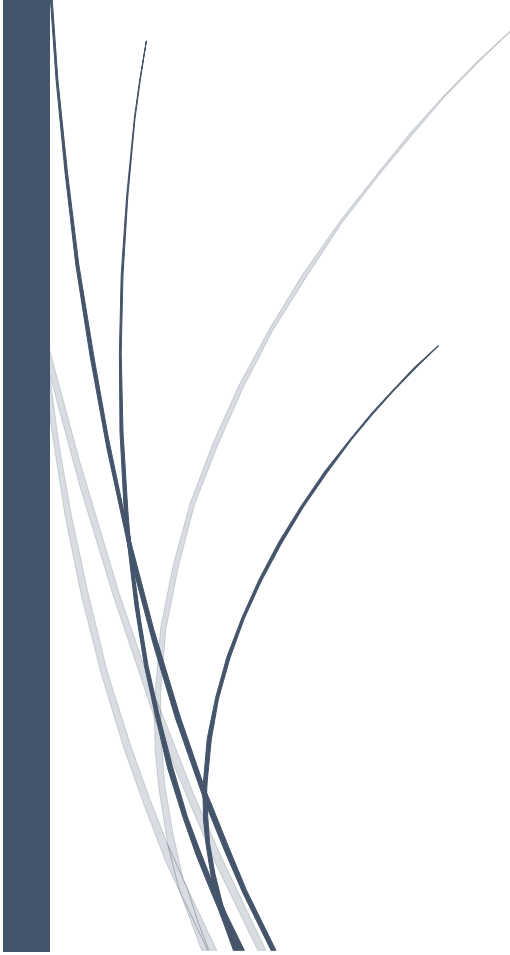
Anexo 2 – Guião *Focus Group*

A dark blue vertical bar runs down the left side of the page. A blue arrow points to the right from the bar, containing the date.

15-04-2016

Guião *Focus* *Group*

Mestrado em Ciência Política

Several thin, curved lines in dark blue and light grey originate from the bottom left and curve upwards and to the right.

Daniel da Silva Yaguas
UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Introdução do Tema

Tema da tese:

- Como é que a Sociedade Civil participa na discussão da vida coletiva à escala local?

A democracia seduziu a maioria das sociedades contemporâneas, apresentando-se ora como o poder de todos (Aristóteles, 1998), ora como o ‘poder do povo, para o povo e pelo povo’. Quando pensamos em democracia, podemos sentir tentados a apontar como característica fundamental a escolha, porém, num espaço genuinamente democrático, precede à escolha a criação de um espaço de debate. Pretendo com este argumento por em evidência, que a escolha é tão elementar em democracia como o debate que a antecede, pelo que, como já podemos perceber, a democracia não se esgota a uma característica fundamental (Hague, et al., 1993; Touraine 1996).

A democracia é, com efeito, ‘o governo do povo, para o povo e pelo povo’, todavia, não se esgota neste postulado. Em democracia coexistem, numa relação simbiótica, (1) o debate, que consequentemente leva a uma escolha; (2) a proteção de direitos, liberdades e garantias, de modo a que a democracia não se converta na ditadura da maioria (Touraine, 1996:24b); (3) a segurança, para que os cidadãos possam atingir a vida boa (Nussbaum, 1990), e para que não vivam com medo (Hobbes, 1998); (4) a accountability, este é um termo anglo-saxónico que presa pela responsividade e prestação de contas.

Teixeira Fernandes afirma que um regime político é tanto mais democrático quanto mais o poder se encontre distribuído ou difundido na sociedade: “a democracia é poder do povo partilhado entre o povo” (2004: 35). Ou seja, não é possível existir democracia sem participação direta do povo.

A representação dos cidadãos na gestão dos assuntos governamentais deve ser reforçada pela participação pública em todas as fases do processo político, sempre que tal for possível. A participação através da inclusão e capacitação dos cidadãos deve ser uma prioridade na tomada de decisão, implementação e acompanhamento. A noção de participação está intimamente ligada à noção de cidadania, isto é, a cidadania é entendida como a “participação dum indivíduo numa comunidade, à qualidade de ser membro dela” (Barbalet, 1989) ou o que Arendt (1973:298) designa por “ter direito a ter direitos”, isto é, o direito de cada cidadão de “fazer parte da humanidade”. Segundo José Carlos Mota, a cidadania “implica que existam direitos de cidadania, ou seja, que existam condições legais e institucionais que assegurem que um indivíduo possa participar ativamente, votar e expressar livremente a sua opinião, mas também

deveres de cidadania, que obrigam o cidadão a participar ativamente e a intervir.” (Mota, 2013, a).

Pretendo investigar e perceber como é que a sociedade participa na tomada de decisões públicas à escala local se por um lado existe condições para que realmente se possa participar ativamente na discussão da vida coletiva ou por outro lado, se a população (organizada e não organizada) demonstra interesse ou não em participar. Também é necessário e bastante importante procurar saber como a participação pode ser promovida e estimulada, quais são os requisitos e métodos necessários. O país precisa de um bom estudo nessa área, porque é necessário novas soluções ou novas formas de olhar para a participação, não é só por uma razão de maior transparência, mas também como forma de capacitar o cidadão individual e coletivamente organizado, para participar na discussão das decisões políticas locais.

É bastante importante contar com a participação da sociedade na condução, definição, validação, mobilização e alinhamento em torno das opções das políticas de governação. Pois a participação é “o envolvimento, a informação e a consulta do cidadão em atividades de um processo de tomada de decisão” (Clark, 2003).

A participação pública é necessária, tendo como objetivo reunir dados, discutir melhorias e informar as pessoas ou grupos envolvidos para que juntos possam decidir o que fazer, de modo que todos possam ser beneficiados. No entanto quando não existem condições ou possibilidades de participar, as pessoas tentam criar alternativas para que sejam ouvidas e mostrarem que estão disponíveis para participar na discussão da vida coletiva.

A participação pode ser vista como uma forma de melhorar o processo de decisão, um meio de aumentar a satisfação dos cidadãos e também como uma ferramenta para construir a visão coletiva das decisões.

No entanto continua a existir obstáculos quer por falta de espaços de debate, de partilha de ideias e de experiências quer por falta de iniciativa e de incentivo em participar. O facto de a participação não ser fomentada pelas entidades competentes e falta de informação disponível de como o fazer, acaba por originar um desinteresse por parte dos cidadãos.

Por exemplo, a nível local, numa cidade como Aveiro, como é que podemos satisfazer as necessidades e conhecer melhor a perspetiva de todos os cidadãos? São eles que vivem na cidade, são eles que conhecem melhor as suas necessidades e o que é preciso ser feito, no entanto a nível da participação e de intervenção os seus poderes são limitados. Os técnicos, as entidades competentes, as câmaras são quem planeiam e analisam o que é preciso ser feito e são os políticos que decidem as políticas, que tomam as decisões, não será uma cidade que é

pensada a partir das perspetivas de todos e todas muito melhor do que uma que baseada em decisões sem consenso sem bases democráticas?

O facto de seleccionar Aveiro e os seus cidadãos como objeto de estudo devesse a existência de iniciativas relacionadas com a participação, como projetos de participação dos cidadãos, associações e organizações (VIVACIDADE, Vivó Bairro, Participação das Comunidades no Planeamento da Cidade de Aveiro, CORDA, Ciclaveiro) uns diferentes dos outros, mas com semelhanças. Por outro lado, sendo Aveiro uma cidade Universitária, como diversos estudantes, professores, docentes e não docentes, a Universidade acaba por ser um meio de produção de conhecimentos, com visões e experiências diferentes do que é a participação. Mas também pode promover e sensibilizar a participação, sendo uma fonte de aprendizagem de como participar. Com isto, pretendo perceber em Aveiro como se participa e como se devia participar.

Objectivos:

- i. Se os cidadãos participam na tomada de decisões a nível local.
 - a. Como é que participam (com que motivação e de que forma/condições o fazem);
 - b. Quais são os meios que existem para participar;
 - c. Onde podem participar.
- ii. As entidades políticas competentes criam condições para a participação.
 - a. Quais são os instrumentos de promoção da Participação;
 - b. Quando se pode Participar;
 - c. Onde se pode Participar;
 - d. Como se pode Participar.
- iii. Se existem associações e organizações que promovam a participação.
 - a. Quais são as suas funções;
 - b. Onde as podemos encontrar;
 - c. Qual é o impacto que têm.

Estrutura do *Focus Group*

O *Focus Group* está dividido em duas partes:

- A primeira parte tem como objetivo discutir e perceber como é feita a “**Participação na discussão da vida coletiva à escala local**”, atualmente. Por lado, temos as entendidas competentes que promovem e criam condições à **Participação**. E por outro, temos a sociedade civil e cidadãos indivíduos.
- A segunda parte tem como objetivo discutir e perceber como deveria ser feita a “**Participação na discussão da vida coletiva à escala local**”.

Parte 1

1. O que é Participação?

Informação Adicional:

- **Objetivos/Graus de participação:** informação-auscultação-diálogo-colaboração-parceria
- **Participação Política Local:** Segundo Gianfranco Pasquino, “participação política é o conjunto de atos e de atitudes que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, consequentemente, os valores) do sistema de interesses dominante.” (CCP, p. 50.)

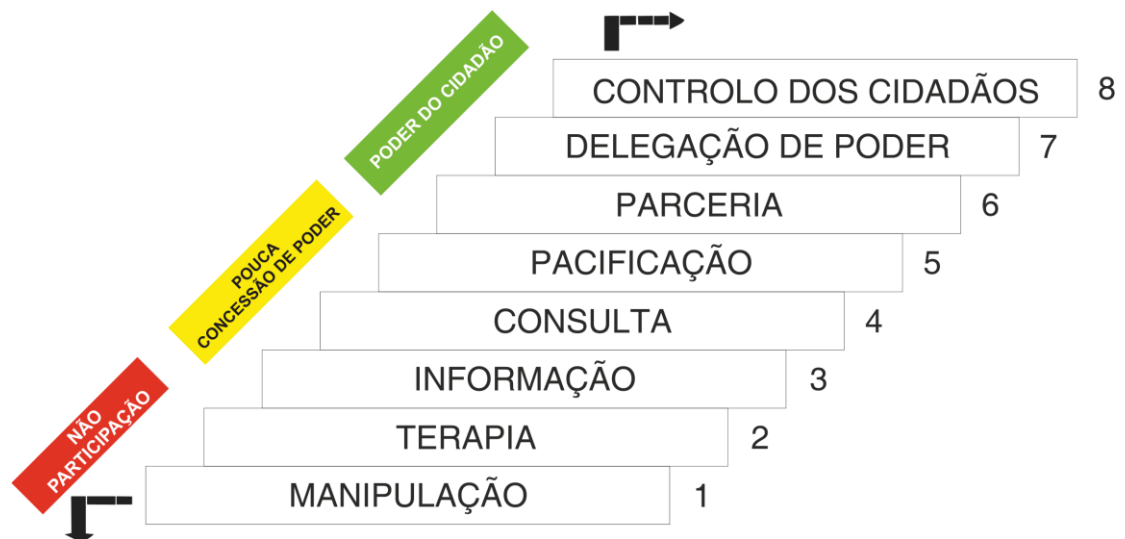
A participação política envolve a possibilidade de influenciar de forma efetiva as políticas locais. Calcula-se a partir da ação intencional para impactar na agenda pública, na participação legal do sistema representativo, a partir do voto, nas campanhas, nas eleições e na estrutura legislativa.

A participação política ocorre também, pela participação nas estruturas, atividades e no trabalho partidário, em grupos organizados e em manifestações orientadas a exercer influência na pauta dos atores políticos e institucionais dos governos.

- **Participação Cívica Local:** A participação cívica é essencial para um bom funcionamento da sociedade e fulcral para que se consigam atingir padrões cada vez mais elevados de desenvolvimento social e humano. Todos nós temos direitos e consequentemente deveres. Todos nós temos poder para alterar um pouco o nosso mundo, a nossa aldeia, vila ou cidade. E esse poder vai também influenciar o nosso distrito, o nosso país e o mundo como um todo.

A participação cívica pode ser analisada através da prática voluntária desenvolvida em organizações privadas sem fins lucrativos, o designado terceiro sector. Este abarca uma multiplicidade de interesses sociais, lúdicos, desportivos e culturais.

➤ **Arnstein - escada da participação**



Legenda da Escada da Participação

- No fundo desta escada estão os degraus da “Manipulação” (1) e da “Terapia” (2). Estes descrevem níveis de não participação, situações criadas para substituir a participação genuína. Os poderes procuram “educar” ou “tomar conta” dos participantes.
- Os degraus “Informação” (3) e “Consulta” (4), como níveis de participação simbólica, apresentam oportunidades de diálogo entre o poder e os cidadãos mas estes apenas contribuem para a informação dos poderes sem assumir um papel relevante na mudança do status quo. O degrau “Pacificação” (5) proporciona, entre os detentores dos poderes de decisão e os cidadãos, um patamar de elevado nível simbólico, pois os detentores do poder de decisão continuam a detê-lo apesar das contribuições dos cidadãos.

- A assunção da cidadania participativa é maior com a subida da escada. Atingir os níveis da “Parceria” (6), “Poder delegado” (7) e “Controlo” (8), por parte dos cidadãos, permite augurar situações de tomada de decisão nas mãos dos cidadãos, assumindo efetivamente o “managerial power”.

2. As entidades políticas competentes a nível local criam condições para a Participação?

- Quais os instrumentos de promoção da Participação;
- Quando se pode participar;
- Onde se pode participar;
- Como se pode participar;
- Com que objectivos.

3. A Sociedade Civil (os cidadãos / grupos de interesse / organizações) participa na discussão da vida colectiva a nível local?

- Como (Instrumentos);
- Onde (Palcos);
- Porquê (Motivações);
- Meios utilizados;
- Modelos de organização (exemplos);
- Actividades realizadas (exemplos);
- Onde se podem encontrar (físico/virtual);
- Obstáculos e dificuldades;
- Resultados.

Informações Adicionais

Sociedade Civil

- Sozinhos, governo e mercado são insuficientes para solucionar os diversos desafios que têm surgido nas sociedades modernas, fazendo-se necessário fortalecer a sociedade civil (que surge como um domínio externo ao Estado e ao Mercado) e juntá-la ao governo e aos negócios.
- Nessa visão, grupos de voluntários, famílias, associações diversas, entre outros, podem desempenhar papéis vitais para lidar com questões ligadas à comunidade, que vão desde o crime à educação. E, acrescentando-se, a sociedade civil desempenha papel fundamental na reivindicação de direitos e no estabelecimento de deveres, sejam eles públicos ou privados.
- É uma participação associativa de envolvimento cívico, são diversas formas de organização dos cidadãos (interessados, conscientes, informados) com foco no interesse coletivo.
- A Sociedade Civil não é um Estado, não é uma Empresa, é um sector autónomo que não visa o poder político, mas sim criar formas de influenciarem e mesmo de pressionarem que os gestores públicos sejam coerentes e que usem todos instrumentos de poder que dispõem no interesse da sociedade.
- Mas a tarefa mais importante - e nela merece todos aplausos e que ela leva a cabo com mestria e sucesso é na formação da consciência de cidadania, ato que implica dar a conhecer às pessoas dos seus direitos, deveres e inculcar nelas hábitos de vivência dinâmica, crítica e interventora em assuntos que lhes dizem respeito.
- A participação do cidadão e dos atores mais relevantes nos processos de tomada de decisão e da atracção, formação e execução de políticas públicas tem vindo a crescer e a afirmar-se, pois, tem a ver com o exercício da cidadania, onde o cidadão é o produto final da decisão democrática e porque legítima e, enfim, o decisor.
- Resumindo, Liszt Viera afirma que Sociedade Civil não é nada mais do que que “uma dimensão do mundo sociológico de normas, práticas, papéis, relações, competências ou um ângulo particular de olhar este mundo do ponto de vista da construção de associações conscientes, vida associativa, auto-organização e comunicação organizada” (Viera, 2001).

Motivações

- Defender necessidades colectivas
- Defender necessidades individuais

- Gerar influência no processo de decisão
- Alcançar/manter o Poder
- Criar valor/ Lucro
- Criar conhecimento (apoiar a tomada de decisão)
- Fiscalizar (velar p/ lei) e dar pareceres
- Informar

Definição e diferentes tipos de Participação Política

Convencional

Partidos

Associações

Movimentos cívicos e sociais

Voto

Não-Convencional

Ilegítimas (ex. propaganda à abstenção)

Ilegais (ex. cortes de estradas)

Inovadoras (ex. blogues)

Legais (ex. petições e manifestações)

Classificação dos cidadãos quanto à sua participação política

a) **Inactivos**: são aqueles que se informam sobre política, mas têm pouca predisposição para um maior envolvimento.

b) **Conformistas**: aqueles que apenas se empenham em formas convencionais de participação.

c) **Reformistas**: aqueles que aderem a diferentes tipos de participação, não se ficando exclusivamente pela convencional.

d) **Activistas**: aceitam participar em acções políticas ilegítimas e ilegais.

e) **Contestatórios**: não participam em acções convencionais, apenas nas não-convencionais. Não votam e não negociam com políticos.

Aspectos Fundamentais da Problemática da Participação Política

- As motivações individuais;
- A relação entre agir individualmente e agir em grupo e, portanto, o papel dos grupos na participação política (grupos de pressão, lóbis, partidos políticos, associações, sindicatos, etc.);
- A natureza e importância dos benefícios ou dos incentivos (Clark e Wilson, 1961: “materiais”, “de solidariedade” e “orientados para um objetivo”), individuais e coletivos.

Segunda parte

4. Qual é o papel (*como devia funcionar*) da Sociedade Civil (*dos cidadãos, a título individual ou organizados*) no desenvolvimento/promoção da discussão de políticas e formação de opinião pública a nível local?

- Quais devem ser as suas funções;
- Modelos de organização (exemplos);
- Actividades que devem realizar (exemplos);
- Que impacto devem ter;
- Onde se devem encontrar (físico/virtual);
- Resultados esperados.

